

complexidades socioespaciais que foram transformadas pelos atores envolvidos. Por isso, as metodologias e ações propostas podem passar por reajustes e aperfeiçoamentos, de acordo com os desejos das comunidades atingidas. Este eventual processo de alteração será construído de forma ampla, participativa e transparente, estruturando avaliações e dinâmicas que permitam às pessoas atingidas, às instituições de justiça e à assessoria técnica perceber e propor adequações que forem necessárias.

A partir dos objetivos da assessoria técnica, das formas e métodos de trabalho do Instituto Guaicuy, das discussões e dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo, foram estruturados alguns conjuntos de atividades que orientam as formas de trabalho e de ações da assessoria técnica na busca pela reparação integral junto com as pessoas atingidas. Esse conjunto de atividades foi dialogado com os participantes do DRP em devolutivas referentes à estruturação do Plano de Trabalho e que apresentaram as prioridades, as ações e as formas de trabalho, discutido em reuniões realizadas nas localidades entre os dias 20 e 22 de setembro de 2019, e validado por aclamação em todas elas (*Figura 12* e *Figura 13*).

Figura 12 - Devolutiva em Cachoeira do Choro



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



Figura 13 - Participação de morador durante devolutiva no Condomínio Encontro das Águas



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

8 METODOLOGIAS E PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

A dimensão das perdas e dos danos gerados pelo rompimento da barragem é complexa e requer um elaborado arranjo metodológico que disponha, não apenas de metodologias técnico-científicas, mas também de pressupostos de atuação e de definição de formas de entendimento do papel da assessoria frente à realidade complexa das pessoas e comunidades atingidas.

São apresentados três agrupamentos metodológicos: a) Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social, em que se apresentam as metodologias para os diálogos e as interações sociais (Núcleos Comunitários, Assembleias e Grupos Temáticos); b) Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas – DFIPA, para entender de forma mais profunda os danos individuais e completar a geração de dados; c) Tecnologia da informação e suporte de dados, importante para o armazenamento e tratamento das informações.

Posteriormente é apresentada a Estruturação proposta das Atividades a serem desempenhadas no âmbito da Assessoria Técnica.



8.1 Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social

No cenário de perdas provenientes do desastre socioambiental provocado pela mineradora Vale S.A, um dos aspectos que pressupõe a existência da assessoria técnica junto às pessoas atingidas é a mobilização social. Mobilização social é um processo de diálogo, de construção entre sujeitos,

mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados...Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. (TORO E WERNECK, 1996)

É papel da assessoria técnica mobilizar as pessoas atingidas para que se consiga convocar e dialogar com as vontades, as ansiedades, as variadas dúvidas e os questionamentos das pessoas atingidas e da sociedade. É construir, em conjunto com as pessoas atingidas, uma ação política e reivindicatória, orientada para a estruturação de um projeto coletivo e participativo na qual o atingido seja o protagonista nos processos de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem.

O Instituto Guaicuy propõe a dedicação contínua ao processo de mobilização social, buscando fomentar a participação e o engajamento dos sujeitos. Nesse sentido, é preciso dialogar com as pessoas atingidas e promover o desenvolvimento de postura crítica e ativa, que indaga, constata, compara, avalia, valora e decide.

A mobilização social é um instrumento poderoso para o controle social e para a governança em diferentes instituições e políticas. A população, que participa do processo de formulação de uma demanda, aproxima-se das discussões referentes à complexidade do que é discutido e, ainda, passa a reconhecer as variáveis e os esforços que foram necessários para a efetivação de uma política e para a tomada de uma decisão. A mobilização social é um trajeto, um caminho importante para a proximidade e para a construção de autonomia entre os diferentes sujeitos, fomentando a participação social para a reivindicação de direitos. Perceber essa abordagem proposta pelo Instituto Guaicuy é fundamental para o reconhecimento de que a mobilização social é entendida enquanto um processo educativo, que dialoga diferentes saberes e práticas sociais.

Dialogar com os diferentes sujeitos é uma oportunidade para a compreensão das diferentes forças, conflitos e contradições que existem em uma realidade tão complexa, quanto a das pessoas atingidas. É um processo contínuo, múltiplo e de forte subjetividade,



pois remete às experiências de vida e a diferentes contextos sociais. Dessa forma, a mobilização social é uma possibilidade para a construção de diferentes leituras de mundo junto ao atingido de seu papel no processo de reparação, de suas possibilidades e responsabilidades.

Construir uma leitura do mundo é perceber os processos da vida, construídos cotidianamente e que expressam tanto nas utopias, como nos limites que são impostos. Dessa forma, é uma prática essencial para a construção de autonomia, na medida em que permite ao atingido pensar a consciência de si, do meio em que se insere, instigando a mudança e a crítica.

Considera-se que a autonomia é uma conquista de pessoas e grupos a partir do entendimento de seus lugares no mundo e dos contextos em que se inserem. É justamente devido à heterogeneidade e à existência de discursos distintos, que é necessário visar a autonomia dos participantes, de forma que o diálogo seja coerentemente efetivado e possibilite a negociação de interesses. Pessoas e instituições autônomas reconhecem seus limites, suas incertezas, mas valorizam os seus diversos saberes – não necessariamente técnicos ou científicos.

O que se propõe neste Plano de Trabalho é a busca de uma autonomia que deve ser entendida como um processo de construção de sujeitos e de coletividades, traduzindo e dialogando conhecimentos, para a elaboração de possibilidades de transformação na direção do que se é pretendido e ansiado pelos grupos e pelas pessoas, com vistas à reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos.

Para a efetivação da tradução e do diálogo de conhecimentos é necessário, durante o processo de mobilização social, o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário para o diálogo e para a interação.

A participação das pessoas atingidas na construção do plano de reparação e de compensação pelos danos gerados pelo rompimento da barragem é fundamento e pressuposto do Plano de Trabalho e parte do reconhecimento de diferentes saberes construídos pela prática social e pela subjetividade dos sujeitos sociais. A participação potencializada pelo processo de mobilização social tem de reconhecer as possibilidades de contribuição dessas formas de conhecimento que não correspondem diretamente aos formatos objetivos da ciência e do método positivista.

Para a efetivação da participação popular é necessária a consolidação de um movimento horizontal de diálogo entre essas diferentes formas de conhecimento. Para a efetivação do diálogo de conhecimentos é necessário, durante o processo de participação,



o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário.

O processo de mobilização social é complexo e abrangente, sendo constituído por ações de valorização dos saberes locais, buscando evidenciar os pensamentos, as falas e os desejos das pessoas atingidas, de maneira a potencializar as trocas horizontais entre os atores, com a valorização da diversidade, da pluralidade e do reconhecimento de diferentes leituras de mundo. A mobilização social é a compreensão de que o sujeito é parte ativa do conhecimento. Isso leva ao estímulo à participação de caráter ativo, ressaltando a intenção política de promover mudanças na realidade e obter uma racionalidade que seja dialógica com relações comunitárias, os diferentes modos de vida, os modos de produção da cultura, as atividades religiosas e as relações com os territórios. A mobilização social se faz no território, nas comunidades e na proximidade com o cotidiano.

A comunicação é um importante instrumento de mobilização social e de acesso à informação. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de reconhecer o valor das culturas tradicionais e populares, dando visibilidade às variadas práticas sociais e incorporando às ações do Instituto Guaicuy saberes transformadores que são construídos no cotidiano e nas práticas sociais.

Optou-se pela abordagem de uma comunicação focada na participação social e na construção coletiva de soluções a partir da própria visão de mundo das pessoas atingidas, mesclando pressupostos e metodologias da comunicação popular (Peruzzo, 2008) e da comunicação para a mudança social (Calderón *et al*, 2015). Na busca pela construção de narrativas que subvertem a lógica estabelecida de poder, a comunicação para a mudança social pode ser sintetizada como *“um processo de diálogo público e privado, a partir do qual as pessoas decidem quem são, quais são suas aspirações, o que necessitam e como podem administrar coletivamente para alcançar suas metas e melhorar suas vidas”* (Calderón *et al*, 2015).

A comunicação popular está profundamente ligada à transformação das estruturas de poder vigentes e tem os diferentes sujeitos sociais como protagonistas e destinatários principais do processo comunicativo, permitindo a construção de uma rica e diversificada rede de experiências que podem desencadear processos comunicacionais com o fim de fortalecer os laços entre as pessoas atingidas e o reconhecimento entre si como interlocutores essenciais para a construção do processo de reparação.

É uma forma de pensar a comunicação a partir do estabelecimento de laços afetivos de sentimento de comunidade e no desenvolvimento da cidadania a partir dos processos



comunicativos, estruturados como instrumentos para a mobilização social, o empoderamento comunitário e a ação individual e coletiva. Assim, optando pelas abordagens da comunicação para a mudança social e a comunicação popular, este Plano de Trabalho entende que a partir do convívio, da escuta e da troca constante entre a assessoria técnica e as pessoas atingidas, poderá ser potencializada a construção de uma concepção coletiva sobre a reparação integral, escrita pelas pessoas atingidas enquanto protagonistas de sua própria história.

Por outro lado, também no objetivo deste Plano, em harmonia com a expectativa determinada pela Justiça, consta a garantia ao direito à informação às pessoas atingidas. Nesse sentido, também será necessário o estabelecimento de uma equipe de Comunicação Institucional que estará, sobretudo, focada em três frentes: 1) acolhimento de denúncias, depoimentos e interpelações diretas das pessoas atingidas via canais de comunicação do Guaicuy; 2) na relação da Assessoria Técnica Independente com outros públicos (imprensa, demais ATIs, órgãos públicos, população em geral etc.); 3) na condução de treinamentos e aperfeiçoamentos necessários da própria equipe da ATI, assim como de processos de comunicação interna, contribuindo para o bem estar dos profissionais assessores e a boa execução dos trabalhos da ATI.

A comunicação com as comunidades e a comunicação institucional são estruturadas com o mesmo objetivo: garantir que a comunicação seja instrumento de fortalecimento da cidadania entre as pessoas atingidas, potencializando um mecanismo democrático de participação de todas as pessoas atingidas nos processos decisórios e, em conjunto com eles e elas, por meio da informação qualificada e dialogada nos tempos e de forma adequada às diferentes leituras de mundo dos variados sujeitos e coletividades envolvidas no processo de reparação.

É na comunidade que emerge o novo, o possível. Tecido de cotidiano, de existência, de invenção da vida. Assim, a assessoria técnica deve se aproximar do cotidiano da luta das pessoas atingidas por seus direitos e fomentar espaços de encontro e interação entre as pessoas por meio de assembleias, encontros comunitários e reuniões. Esses encontros e formas de trabalho são entendidos enquanto ferramentas para a construção do diálogo e da interação entre as diferentes formas de conhecimento.

Outras ferramentas são propostas, mas sempre com a finalidade de construir proximidade e facilitar as trocas entre as pessoas atingidas e a assessoria técnica. Ferramentas como a construção de jogos, de maquetes, elaboração conjunta de cartilhas, mapeamentos sociais e oficinas, entre outros. Cada uma dessas ferramentas é entendida



enquanto estratégia e plataforma para o compartilhamento de saberes e a produção coletiva de conhecimento e das lutas nos territórios.

Todas as ferramentas e construções são realizadas em conjunto com as pessoas atingidas e terão como referência a realidade social e as práticas de vida. Informações, dados, questionamentos e dúvidas são dialogados com o cotidiano, permitindo relações de aprendizagem (tanto das pessoas atingidas, quanto da assessoria técnica) significadas em proximidade a cada realidade e aos variados contextos sociais.

8.1.1 METODOLOGIAS PARA O DIÁLOGO E A INTERAÇÃO SOCIAL

Considerando as pessoas atingidas como protagonistas do processo de reparação, diferentes metodologias de interação e de diálogo social são possíveis. Contudo, considerando a articulação comunitária, são propostos alguns conjuntos de metodologias para o diálogo comunitário, com destaque para: troca de saberes locais; círculos de cultura; rodas de conversa; processos de diálogos e formação; reconhecimento sobre a memória social e intercâmbios entre pessoas atingidas.

A **Troca de Saberes Locais** é uma metodologia qualitativa que busca proporcionar a interação entre as pessoas, estimulando as relações de reciprocidade a partir de discussões de temáticas identificadas de modo participativo. O modelo tem o potencial, ao se pensar a atuação da assessoria e o diálogo com as pessoas atingidas, de associar a troca de saberes à lida com a terra, à alimentação tradicional, às relações com o rio, aos modos tradicionais de vida. O foco dessa metodologia participativa é a construção do saber coletivo, a partir de um conjunto de atividades que proporcionam a socialização de experiências cotidianas e a valorização dos diferentes saberes locais. Isso potencializa a autoestima positiva das pessoas atingidas em relação às suas técnicas, leituras de mundo, conhecimentos transmitidos geracionalmente e diferentes tradições locais.

A **Roda de Conversa** é uma abordagem em grupo que prioriza a relação entre os pares em torno de um tema comum. A participação é voluntária e não há pretensão de se esgotar um tema ou construir um plano de ação para atuar na temática discutida. O objetivo principal das rodas de conversa é a criação de vínculo, de espaços de discussão, de diálogo sobre os problemas, os preconceitos e as diferenças. Considera-se que as rodas de conversas, por meio da interação, ampliam o repertório discursivo (tanto das pessoas atingidas quanto da assessoria técnica) e de conceitos importantes para o entendimento



dos danos gerados pelo rompimento da barragem e das ações necessárias para a reparação integral.

A partir de temáticas identificadas pela mobilização ou demandadas pelos Núcleos, serão realizados **momentos formativos** que têm o potencial de, a partir de temáticas significativas para as diferentes realidades sociais, aproximar discursos e mediar informações para a formação das pessoas atingidas em temas considerados relevantes. Os momentos formativos podem ser desenvolvidos em diferentes formatos, decididos em conjunto com os núcleos, e podem ser das mais diversas temáticas e finalidades, por exemplo: produção de alimentos; informática e acesso à informação; técnicas de conservação do solo e modelos produtivos agrários, e outras temáticas que deverão ser articuladas de modo a potencializar o encontro, o empoderamento comunitário e a reconstrução do território.

Um fator de coesão social, de fortalecimento dos laços comunitários e de manutenção da mobilização do território é a **memória social**. Em visita às comunidades atingidas, vários foram os relatos sobre a destruição da história daqueles diferentes territórios. Um território é carregado de história e cultura, e assim não é só o limite físico que o define, mas o *território usado*, que para o geógrafo Milton Santos:

é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 14).

Para Haesbaert (2004), territorializar pode significar controlar fluxos/redes e construir referências num espaço em movimento, no e pelo movimento. as pessoas atingidas querem controlar e reconstruir suas referências identitárias. Nessa perspectiva, os territórios que antes pareciam cristalizados e distantes, tornam-se conceitualmente permeáveis e dialógicos.

As consequências de não reconhecimento das territorialidades existentes como forma de restringir o conceito de pessoas atingidas é a fragmentação social que provoca uma série de doenças relacionadas à saúde mental, como a depressão, a baixa autoestima e o sentimento de abandono. Além disso, torna-se ainda mais complexo pensar na reparação dos danos causados pelo desastre se a memória comunitária está em processo de destruição. Para o Instituto Guaicuy, o resgate histórico é fundamental para a reconstrução da dignidade das comunidades atingidas na Área 4, principalmente, para mitigar os sofrimentos mentais causados na região. É também fundamental para compreender as perdas imateriais da comunidade no intuito de reparar integralmente o dano.



Conquanto complementar à análise específica, é necessário o entendimento cultural e social que alicerceie a compreensão das perdas em comunidade. Um trabalho de reconhecimento, manutenção e valorização da memória comunitária dos atingidos será realizado junto às comunidades. Propõe-se uma leitura das Multiterritorialidades e da Memória Sociocultural através do aprofundamento do **Diagnóstico Rural Participativo (DRP)** com recolhimento de técnicas diferenciadas como história oral, das imagens antigas e da elaboração de cartilhas e vídeos sobre os modos de vida das pessoas, incluindo das comunidades tradicionais. Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização serão os conceitos que balizarão as metodologias para a produção da matriz de danos das comunidades atingidas na Área 4.

Para enfrentar tal desafio, são propostas ações que potencializem a reconstrução da memória das comunidades, contando com a participação constantes dos moradores. A divisão territorial seguirá a dos Núcleos Comunitários, pois a memória social é uma maneira de fortalecer laços e demonstrar a identidade quanto território. Ela também é uma ferramenta importante por reconhecer que o sujeito está inserido em comunidade, que possui história e que, para continuá-la, são necessárias a interação social e a valorização da comunidade, contemplando seus ritos, suas práticas, suas atividades culturais e históricas são também construídas em proximidade com o rio. Prevê-se para a construção dessa memória o aprofundamento do Diagnóstico Rápido Participativo, assim como a produção de cartilha e de um plano final de reterritorialização, que será trabalhado na Matriz de Danos.

O DRP servirá ainda como um instrumento norteador do desenvolvimento do Plano de Trabalho, uma vez que visa levantar dados junto à comunidade, de forma a alcançar as premissas participativas necessárias ao envolvimento dos atingidos. Entende-se dessa forma que acompanhará todo o plano desde o seu início, por meio de atividades que ocorrerão desde o semestre inicial. Dentre as atividades previstas encontram-se as reuniões iniciais com as comissões de atingidos, a sensibilização e capacitação das comunidades atingidas para o desenvolvimento do DRP e o nivelamento das informações levantadas, auxiliando na formação e consolidação dos núcleos comunitários.

Os seis primeiros meses serão primordiais para a estruturação do trabalho, uma vez que as temáticas a serem desenvolvidas serão baseadas nas premissas e levantamentos iniciais do DRP, validadas pela comunidade. Destaca-se que este estudo possibilitará subsidiar a criação de novos critérios para o pagamento emergencial, assim como detectar problemas neste quesito, de forma rápida e participativa. Esta coleta de dados pode ainda subsidiar temáticas e apontamentos para o desenvolvimento do trabalho a se realizar pelo



Comitê Técnico Científico CTC, que poderá aprofundar, ou mesmo levantar temáticas de acordo com resultados encontrados pelo DRP.

O **intercâmbio entre as pessoas atingidas** serve para integrar o território e estabelecer um elo entre as pessoas pelo reconhecimento de que o Rio Paraopeba é um eixo integrador da paisagem e das diferentes práticas sociais. O intercâmbio possibilita conhecer as diferentes realidades da bacia do Rio Paraopeba, sendo um momento que propicia às comunidades a oportunidade de refletir sobre a riqueza histórico-cultural da bacia e que evidencia o rio como o laço que une os diferentes modos de vida. Considera-se que os intercâmbios materializam a mobilização e o engajamento da sociedade e das pessoas atingidas em torno do rio, um momento que pode ser considerado de celebração e oportuno para demonstrar os resultados alcançados pelos moradores no caminho da reparação integral. (reescrever como será feito e reescrever na área 5).

Esses diferentes pressupostos metodológicos e ferramentas de diálogo são instrumentais para as ações de mobilização e de comunicação social. Como forma de melhor permitir o diálogo e a interação intracomunitária e entre as diferentes comunidades e pessoas atingidas é proposta a organização duas instâncias de atuação direta de uma estrutura de nucleação e de realização de Assembleias para as tomadas de decisão, garantindo a diversidade social e as particularidades dos territórios.

8.1.2 NÚCLEOS COMUNITÁRIOS

Uma das primeiras ações a ser realizada pelo Instituto Guaicuy é a constituição de núcleos comunitários. Eles serão os eixos de organização e de participação das pessoas atingidas em todo o processo de reparação, tendo como expectativa serem duradouros, continuando sua atuação mesmo após a finalização dos trabalhos da assessoria técnica na região.

O Instituto Guaicuy e o Projeto Manuelzão têm um histórico de formação de núcleos para o debate de políticas públicas a partir das águas, são os Núcleos Manuelzão, inseridos na bacia do Rio das Velhas e que associam representantes da sociedade civil, do poder público e dos usuários de água no debate político e público das águas nas vidas das pessoas. A proposta da nucleação é uma ferramenta para viabilizar o diálogo entre as pessoas atingidas, com a participação contínua da assessoria técnica, no processo de planejamento, avaliação das ações e resultados e construção de um processo de reparação inclusivo, participativo e democrático.



A formação dos núcleos se dará por meio de instrumentos de participação popular, associando instâncias já legitimadas nos territórios com a possibilidade da participação de pessoas que tenham interesse em se envolver no processo, respeitando a organização das famílias locais. Considerando os diálogos já realizados e outras experiências semelhantes vivenciadas pelo Instituto Guaicuy, entende-se que o ideal a ser trabalhado seria de 20 famílias por núcleo comunitário. Neste caso, se considerarmos as quantidades de famílias nesta região, teríamos, idealmente, a formação de aproximadamente 72 núcleos comunitários, conforme o quadro a seguir.

Quadro 4 – Formação de Núcleos comunitários (cenário ideal)

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS		
Local	Núm. Estimado de Famílias	Núm. Ideal de Núcleos (20 famílias por Núcleo)
Angueretá	456	23
Cachoeira do Choro	386	19
Encontro das Águas	140	7
PA Queima Fogo e Chácara Chórios	52	3
Recanto do Laranjo e Canto da Siriema	280	14
Fazendinhas Baú e Recanto do Piau	122	6
Total	1436	72

Contudo, considerando a realidade social de cada localidade, as dinâmicas de trabalho, e a percepção territorial da equipe em campo, o Instituto Guaicuy estimou que a estruturação inicial de 18 núcleos na Área 4 pode ser suficiente para a mobilização social e a efetividade das ações propostas. É importante destacar que pela própria dinâmica da mobilização social e comunitária, novos núcleos podem ser necessários a partir de demanda social, situação em que será preciso a readequação do plano.

O quadro a seguir descreve a distribuição proposta para formação núcleos comunitários, com a qual pretende-se iniciar os trabalhos.



Quadro 5 – Proposta de formação de Núcleos comunitários

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	
Localidade	Número de Núcleos
Recanto do Piau	1
Queima Fogo	1
Fazendinhas do Baú	2
Chácara do Chórius	1
Angueretá	2
Cachoeira do Choro	4
Encontro das Águas	2
Recanto do Laranjo	3
Pompéu	1
Curvelo	1
Total	18

Levando em consideração a estrutura citada, serão convidados a participar diferentes grupos sociais, como as associações de moradores, as comissões de atingidos, entidades religiosas, representantes do setor empresarial (comércio, serviços, turismo, agricultura e outros), escolas, professores e estudantes que terão acompanhamento e apoio por parte da assessoria técnica.

A participação é voluntária e será fomentada por meio de ações de mobilização social. A divisão territorial de abrangência e forma de trabalho será discutida com cada núcleo, de forma a garantir a diversidade de entendimentos territoriais e de representações, permitindo uma maior diversidade e articulação entre os múltiplos territórios de ação da assessoria técnica.

Os núcleos comunitários serão formados nos primeiros seis meses de atuação da assessoria técnica e serão fomentados a atuarem durante os 17 meses restantes de trabalho da assessoria. Serão publicados relatórios trimestrais apresentando todos os encontros, registros e considerações sobre a atuação dos núcleos. Está prevista uma equipe multidisciplinar de técnicos de campo mobilizadores, compostas por 13 profissionais com perfil de comunicadores populares, advogados populares, ciências humanas e agronomia.



8.1.2.1 Mapeamento dos territórios

Agir em determinado território demanda se preparar para obter conhecimento profundo de suas características, redes de relações e espaços de circulação. A busca por informações que se traduzem como peças fundamentais para proposição de ações efetivas, e que busque dialogar com as demandas reais de cada localidade. Os territórios não são necessariamente estáticos em uma área, e sim dinâmicos e construídos a partir das relações entre os indivíduos e os grupos sociais, e suas territorialidades são definidas por essa interação (Machado, 2014). Conforme a autora, as territorialidades, além de incorporarem as vertentes políticas do território, também trazem relações econômicas e culturais, uma vez que representam o modo como os grupos sociais utilizam suas terras e a forma que se organizam.

Realizar o mapeamento dos territórios na Área 4 servirá para orientar a formação dos núcleos comunitários. No sentido estrito da palavra, mapear significa rastrear, realizar um rastreamento. Será preciso rastrear as unidades familiares para que se possa propor o mapeamento dos núcleos comunitários com os quais serão dialogados os processos de entendimento dos danos. A etapa contará com trabalho de campo a ser realizado em todas as comunidades que compõe a Área 4, e tem por objetivo validar informações já levantadas e coletar e validar novas informações a serem acrescentadas nos levantamentos já realizados para a elaboração do Plano de Trabalho. Esta etapa de mapeamento precederá a etapa em que os mobilizadores entrarão em campo para atuarem na formação dos núcleos comunitários, e será realizada com a participação dos mesmos, o que permitirá que entrem em campo dotados do conhecimento do território a ser trabalhado e aprofundado durante a atuação da assessoria técnica.

8.1.3 ASSEMBLEIAS

As assembleias são instâncias de decisão amplamente conhecidas e que tem por definição ampliar a participação direta nas decisões fundamentais nas quais o sujeito deva ser protagonista. As assembleias são grandes encontros, realizado entre os atingidos e contemplando a totalidade de núcleos e comunidades.

Assuntos de grande relevância e de impacto regional em todas as comunidades não podem ser decididos por cada núcleo comunitário, pois, o resultado impacta na vida de todos. Nesses casos, serão convocadas assembleias para discutir as particularidades e as necessidades de decisão. Como instância de decisão as assembleias discutem e deliberam sobre questões comuns a todas as pessoas atingidas, como: definição e critérios do



pagamento emergencial; composição e estruturação da matriz de danos; estratégias de atuação comunitária em conjunto com a assessoria técnica; diálogos e composição da matriz de reparação.

Considerando a pluralidade de pautas e a complexidade das discussões propostas é considerada importante, para a melhor organização das atividades das assembleias a formação de grupos temáticos que são consultivos e propositivos para a assembleia e sua tomada de decisão.

8.1.4 GRUPOS TEMÁTICOS

Para ampliar a participação popular, não sobrecarregar as discussões em momento de assembleia e engajar mais pessoas no processo de reparação, o Instituto Guaicuy utilizará da metodologia de grupos temáticos para tratar dos instrumentos de trabalho, bem como subsidiar áreas temáticas por meio de levantamentos qualitativos sobre os territórios e as condições de saúde, proteção social e qualidade de vida, o meio ambiente e os demais aspectos locais. Isso se deve a complexidade do trabalho e a dificuldade em se entender a real dimensão dos danos decorrentes do desastre a ser enfrentado na Área 4, tornando-se notória a necessidade da multidisciplinaridade e da participação direta das pessoas atingidas.

A criação dos grupos temáticos parte da necessidade de se discutir assuntos relevantes, propostas e informações geradas no âmbito do processo de reparação, de forma a investigar a realidade local refletindo nos instrumentos de trabalho do Guaicuy as verdadeiras demandas das pessoas atingidas. Portanto, como metodologia de consulta e deliberação, os grupos se constituem em torno de um tema de trabalho com cronograma de início e fim determinados, tendo como resultado a consolidação do instrumento ou do conceito que será foco de discussão para a assembleia com todas as pessoas atingidas.

Considerando as perspectivas e particularidades dos grupos temáticos, são propostos momentos formativos e de diálogo com especialistas e técnicos de cada área temática, fomentando o reconhecimento de outras experiências, vivências e práticas. O grupo temático é criado a partir de uma demanda e uma chamada pública de participação é amplamente divulgada para os núcleos comunitários. Após a inscrição dos interessados, uma primeira reunião acontece na qual é escolhido o coordenador do grupo. Ele será o responsável por orientar as ações, relatar o andamento das reuniões e demandar ao Instituto quais as necessidades do grupo. Um profissional do Instituto Guaicuy acompanhará as atividades e será o eixo de interlocução com o restante da equipe da assessoria técnica.



Para cada grupo temático efetivado será gerado como produto um relatório temático final e listas de presença dos participantes.

8.2 Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas - DFIPA

Um dos itens considerados fundamentais no processo de entendimento das perdas em decorrência do rompimento da barragem é o conhecimento em profundidade das diferentes práticas sociais que foram alteradas com o desastre. Diferentes níveis de informação são essenciais para a construção de múltiplas dimensões do dano e seu impacto na vida das pessoas atingidas. Essas informações são necessárias para a estruturação de um processo célere e justo de reparação integral.

Para isso, cada família que de alguma forma foi afetada deve ser ouvida com atenção e com cuidado, garantindo a oportunidade de mostrar de quais formas o rompimento da barragem impactou as suas dinâmicas de vida. O instrumento utilizado para adquirir e sistematizar informações, de forma a reconhecer importantes demandas e necessidades das pessoas atingidas, será o Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das pessoas Atingidas (DFIPA).

O DFIPA tem por objetivo identificar e registrar dados sobre a população do território, delineando características sociais, econômicas, culturais e de relação com o meio ambiente. Ele também servirá para compreender as pessoas que estão recebendo o pagamento emergencial e as que deveriam estar recebendo, conforme os critérios atuais em vigor (sobre a questão do pagamento emergencial um capítulo posterior explicará com mais clareza o tema). Este processo deve ser construído em uma relação transversal com as demais atividades e de modo dialógico com as comunidades e com os núcleos comunitários. O DFIPA será construído por meio de uma metodologia participativa, DRP, o que garantirá a inserções pertinentes à comunidade e sua validação pelos atingidos.

A partir desta metodologia, o DFIPA será conduzido em dois momentos. Em um primeiro momento, será realizado o levantamento de informações básicas das famílias, assim como quais tipos de dano causado pelo rompimento são percebidos no cotidiano, e auxiliará na definição tipológica dos atingidos que devem receber o pagamento emergencial. Esta etapa do DFIPA irá atender as pessoas mobilizadas e envolvidas no processo de trabalho da assessorias técnica, de forma a identificar as primeiras leituras sobre os danos percebidos pelas unidades familiares, e também oportunizar uma leitura de como esses diferentes danos se manifestam no contexto regional da Área 4, assim como a perda de renda, e o tipo de documentação que a unidade familiar possui.



Essa primeira etapa é essencial para a caracterização de tipologias e formas com que as diferentes pessoas e comunidades foram atingidas pelo rompimento da barragem. Como “tipologia”, apreende-se o entendimento da família no que possa ter sido atingida em sua forma de reprodução da vida rotineira através de redes de trocas, produção de alimentos, pesca, perda de trabalhos terceirizados ou diretos em empresas, prestações de serviço, etc. Articulado com as metodologias qualitativas trabalhadas de forma participativa no DRP, essas informações serão sistematizadas nos primeiros seis meses de atuação da ATI e serão essenciais para as definições do Pagamento Emergencial.

Importante ressaltar que esta primeira etapa de aplicação servirá também como fonte de dados e informação que permitirá um imprescindível diálogo com o Comitê Técnico Científico (CTC), estabelecido pelo Juiz como sendo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O CTC também coletará informações importantes para as pessoas e comunidades atingidas e o relacionamento com as assessorias técnicas faz-se necessário. O DFIPA se relaciona, principalmente, mas não exclusivamente, com a Chamada 3 – Caracterização da População Atingida. Portanto, o Instituto Guaicuy pretende estabelecer uma complementaridade nos trabalhos desempenhados pelas duas instituições. Isso permite a interlocução na construção do questionário da UFMG sendo possível contribuir metodologicamente.

Em um segundo momento, será realizada uma nova etapa de aplicação do DFIPA, contemplando as pessoas e os núcleos familiares participantes da etapa 1. A segunda etapa do DFIPA tem a finalidade de entender de forma mais profunda e qualificadas as múltiplas dimensões do dano, a partir da realidade de cada núcleo familiar. Essa segunda etapa pode ser dividida em mais de um encontro, a ser definido de acordo com as construções e proposições elaboradas em conjunto com a mobilização social e os núcleos comunitários. A coleta de dados para o DFIPA será realizada por assessoria especializada e o tratamento das informações serão realizadas pela equipe técnica do Instituto Guaicuy.

8.3 Tecnologia da Informação: Suporte de dados

O suporte de dados e tecnologia da informação terá como base a segurança dos dados, a gestão da informação e a estrutura dos dados coletados, de forma a propiciar um banco de dados seguro e eficiente que possibilite o repensar dos métodos e as técnicas utilizadas. Esse banco de dados armazenará e organizará, com segurança, os diferentes dados produzidos em todas as atividades da Assessoria, incluindo os dados do DFIPA, as análises realizadas em cada área temática, os dados secundários produzidos, os dados de gestão do projeto, entre outros.



Os diversos dados produzidos por todas as áreas serão transformados em informações a partir de uma articulação entre monitoramento e avaliação com a execução de uma estrutura de dados relacionais articulados a partir de análises de requisitos constantes a partir das necessidades apontadas no decorrer de todo o projeto. Isso permitirá a utilização segura e estratégica das informações disponibilizadas nas diferentes atividades. Importante destacar dois elementos no processo de coleta de dados e relações com as comunidades. É imperativo que os dados sejam administrados com sigilo e segurança, resguardando a privacidade das famílias e indivíduos e garantindo o acesso à informação integral sempre que demandado pelas pessoas atingidas ou pelas instituições de justiça.

8.4 Estruturação proposta das atividades

Para entendimento inicial dos trabalhos a serem desenvolvidos – com vistas à assessoria técnica independente às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. – parte-se do princípio de ações transdisciplinares, tendo como eixo central a ativa participação das pessoas e comunidades atingidas em todo processo de construção de reparação dos danos causados pelo desastre socioambiental.

Figura 14 - Esquema do raciocínio básico do Plano de Trabalho



As ações do plano de trabalho são estruturadas em quatro momentos complementares: 1) Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial; 2) Mobilização social e a construção da autonomia; 3) Governança e 4) O Direito e a construção da matriz de danos.

As atividades e ações da assessoria técnica acontecerão muitas vezes de formas simultâneas e contemplando mais de um momento de trabalho, contudo, marcam as prioridades de construção de cada momento de atuação.

A estruturação de trabalho, análises iniciais e pagamento emergencial é a primeira etapa de atuação, sendo que engloba necessidades de mobilização de equipe, implantação de estruturas e ações de diagnóstico social, principalmente com formação dos núcleos comunitários, com a finalidade inicial de construção de novos critério para o Pagamento Emergencial e consequente ampliação das estruturas de diálogo e acompanhamento social, acolhimento das pessoas atingidas e de sistematização de dados e análises a partir de dados secundários e primários.

A Mobilização social e a construção da autonomia pressupõem os diálogos para a construção da matriz de danos, sendo uma etapa de interação extensiva sobre os danos coletivos e familiares gerados para as diferentes pessoas e comunidades. Prevê-se acolhimento e diligência; atividades de mobilização social e comunicação popular; e a participação informada.

A **Governança** prevê a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré.

A última etapa do plano de trabalho é referente ao Direito e a construção da Matriz de Danos, em que é primordial o **acompanhamento técnico e jurídico** do processo de entendimento dos danos, construídos de forma participativa.

A seguir são apresentados esses conjuntos de ações e atividades que operacionalizam o plano de trabalho, atendendo às demandas e aos objetivos propostos.

9 PAGAMENTO EMERGENCIAL PARA TODAS AS PESSOAS ATINGIDAS

O desastre ocorrido em Brumadinho/MG em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A., precedido do desastre que ocorreu em Mariana/MG, também em decorrência de rompimento de barragem de rejeito de minério, desconstruíram os parâmetros epistemológicos no âmbito dos direitos humanos, sociais e

ambientais, dado à extensão dos impactos socioambientais, econômicos, humanos e imateriais promovidos em tão curto espaço de tempo (três anos, aproximadamente, entre o primeiro – o maior desastre ambiental do século – e o segundo desastre), em uma mesma região, Minas Gerais. Trata-se de reincidência de práticas empresariais lesivas ao país e seu povo, especialmente os mais desfavorecidos econômica e socialmente. Pode-se dizer que as medidas de reparação ainda estão em discussão e deve-se, portanto, perseguir à justiça para as pessoas atingidas.

É fato que, dado à complexidade e multiplicidade dos impactos, suas extensões e alcance ainda não foram mensurados e qualificados em todos os seus aspectos, entretanto medidas paliativas, ainda que insuficientes, vêm sendo realizadas, mas elas precisam ir além do epicentro do desastre, incorporando os territórios e pessoas atingidas em toda a complexidade e multiplicidade de formas de danos, ao longo de toda a extensão do Rio Paraopeba e São Francisco. A lama devastou territórios e vidas não apenas no epicentro do desastre, mas ao longo da bacia prejudicou a todos, afetando o uso da água em sua unidade produtiva, e também, as redes de sociabilidade: esporte, lazer, turismo, vizinhança, amigos, parentes, abastecimento de água para consumo, luz, acesso de estradas, modos de vida, etc.

As demandas e necessidades das populações atingidas precisam ser entendidas sob uma ótica nova e não ortodoxa, com métodos sociais e jurídicos que sejam inovadores ao mesmo tempo que permitam ação com participação e diálogo. A experiência de operadores do direito no acompanhamento das pessoas atingidas pelo desastre ocorrido em Mariana joga luz sobre a importância de práticas “reinventadas”, que privilegiem o território, mas não desvia dos processos de desterritorialização impostos às pessoas atingidas, para não revitimizá-los mais ainda, ao contrário, transita entre o território e aquilo que não tem mais lugar (uma casa, um quintal, uma escola), que não seja na subjetividade das pessoas que tudo perderam.

Ressalta a centralidade do testemunho das pessoas atingidas e não (somente) das provas documentais, pois as questões sociais devem ocupar destaque, avançando sobre o escopo de demandas puramente patrimoniais (CAMPOS E SOBRAL, 2018). Essa incorporação do novo, do informal, do (ainda) imponderável e imensurável, da valorização do testemunho e da palavra das pessoas atingidas devem orientar uma prática/procedimentos não ortodoxos como pressuposto para a discussão da reivindicação do Pagamento Emergencial⁶ para todos as pessoas atingidas.

⁶ Pagamento Emergencial: no caso do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. refere-se ao pagamento, em dinheiro, às pessoas atingidas. Adultos recebem um salário mínimo, adolescente



Uma das medidas paliativas acordada entre o Estado e a empresa Vale S.A é o Pagamento Emergencial, que abrangeu todos os municípios de Brumadinho, incluindo todas as pessoas atingidas e também as de alto nível socioeconômico, com imóveis em condomínios fechados de luxo. Para as pessoas atingidas dos demais territórios ao longo do Rio Paraopeba, o critério de elegibilidade adotado considera a comprovação de residência a mil metros da calha do Rio.

São diversas as práticas sistemáticas de assédio moral que questionam, desqualificam, silenciam e rejeitam as reivindicações dos atingidos, fazendo emergir a disputa travada nos territórios, onde se colocam de lado as pessoas atingidas, que se encontram para além do epicentro do desastre, que lutam para fazer valer princípios constitucionais como a prevalência dos direitos humanos e de solução pacífica dos conflitos (BRASIL, 1988) e garantia de reparação, indenizações pelos danos decorrentes do desastre.

É compreensível a emergência e a visibilidade dispensadas ao município de Brumadinho, entretanto, um desastre socioambiental da proporção do ocorrido, cujos impactos afetaram um número de pessoas e comunidades ainda não identificadas e mensuradas demanda envidar esforços coletivos institucionais e políticos para que nenhum território e pessoas atingidas fiquem de fora dos processos de reparação.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010, p. 30), em seu Relatório Final⁷ considera pessoas atingidas, como

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

Com base nesse pressuposto a Assessoria atuará na área 4, com vistas a promover não somente a mobilização e participação social, mas também identificar e incluir “grupos, comunidades e famílias ou indivíduos” que não receberam o Pagamento Emergencial e que deveriam ser contemplados, vistos os prejuízos e danos gerados pelo rompimento da barragem.

A presença em campo, os relatos das pessoas atingidas, assim como os estudos sobre o tema nos faz considerar que o critério definido em acordo entre as partes até o

meio salário mínimo e criança um quarto do salário mínimo, por um período de 12 meses, extensivo por mais 10 meses (Ata da Audiência Pública realizada em 28/11/2019, na Comarca de Belo Horizonte).

⁷ Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Comissão Especial “Atingido por barragens”, 2010.



momento mostra-se inadequado (CAMPOS E SOBRAL, 2018) por desconsiderar as singularidades territoriais, as cadeias produtivas, os modos de vida e culturas das pessoas atingidas, cujo contexto de comunidades rurais, tradicionais e de assentamentos (legalizados ou não), entre outros – fogem das padronizações hegemônicas e tradicionais, que invisibiliza modos de vida e de produção singulares e específicos.

Entende-se que o Pagamento Emergencial consiste em repasse financeiro a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como insegurança alimentar, iniquidades de gênero e étnico/raciais, extrema pobreza, alto risco para suprir necessidades básicas da vida cotidiana, entre outros, e pessoas que, pela redução de recurso na região, correm risco de entrar em uma situação de vulnerabilidade.

Desta forma, os critérios utilizados para o Pagamento Emergencial na Área 4, são restritivos e não garantem objetividade. Assim, também, viola outras séries de direitos de grupos sociais que foram excluídos por não terem sido qualificados como elegíveis de reparação.

Constata-se ser de fundamental importância reconhecer a condição de “pessoas atingidas”⁸ como aquelas que sofrem os efeitos provocados por empreendimentos econômicos, reforçando o sentimento de pertencimento a um campo de luta por direitos, e legitimado enquanto categoria de grupo, como por exemplo acontece ao integrar-se ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Torna-se, portanto, essencial compreender as dimensões dessa categoria para além dos limites impostos pelas empresas violadoras de direitos.

Entende-se que tais empresas buscam limitar o entendimento do conceito para reduzir tanto o pagamento das indenizações quanto o Pagamento Emergencial. Como um conceito em disputa, a noção de pessoas atingidas diz respeito, de fato, ao reconhecimento, legitimação, de direitos e de seus detentores. De acordo com Vainer, a definição que *“estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo - e em alguns casos como legal - seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”* (VAINER, 2008, p.40). Quando a determinação do critério se esquece dos sujeitos em suas relações com o meio, tanto ambiental, quanto social e econômica, e não estabelece um critério baseado na pessoa atingida e sim em uma dada extensão de

⁸ O Instituto Guaicuy, assim como outros grupos opta por utilizar a expressão “pessoas atingidas”, como forma de ampliar o alcance de gêneros também pela linguagem.



território, tal estratégia deixa para trás grupos populacionais vulnerabilizados e em riscos sociais e pessoais.

O limite de 1 km da calha do Rio proposta pela mineradora Vale S.A. para fornecimento do Pagamento Emergencial, que exige a comprovação de residência do morador se iguala à concepção *patrimonialista* trazida por Vainer (2008) utilizada pelas empresas de hidrelétricas que definem como único direito sendo reconhecido é o direito de propriedade, assim como a concepção *hídrica*, que identifica atingido apenas as pessoas que tiveram suas casas inundadas.

A experiência presenciada em pesquisa de campo na Área 4 aponta que o critério de distância é um raciocínio linear que não se confirma. Um dos moradores entrevistados em Angueretá narra que o georreferenciamento da empresa Vale S.A foi equivocado. Segundo ele, o técnico da mineradora mediu a partir de uma margem mais distante de sua casa. Ele se viu obrigado a ir até a cidade de Paraopeba para demonstrar que sua casa estava dentro dos limites, só assim conseguiu voltar a receber a indenização emergencial. O caso desse morador não é isolado e, devido ao acesso até os postos de atendimento da empresa ser distante, caro e como a Vale S.A não fornece o transporte, muitos dos que receberam a informação de que a casa não foi localizada no georreferenciamento sequer foram até Paraopeba se certificar da situação. Carlos Vainer esclarece que:

Na prática, a consequência da concepção hídrica tem sido a sistemática omissão diante dos efeitos do empreendimento na vida de populações não atingidas pelas águas, efeitos que podem ser, e em muitos casos têm sido, dramáticos. Na verdade, a concepção hídrica não é senão uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista, uma vez que continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área a ser ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor. (VAINER, 2008, p. 40)

Neste contexto é preciso entender o empreendimento, e neste caso o desastre provocado pelo rompimento das barragens de rejeitos da mineradora, como provocador de mudanças cotidianas na vida de pessoas e comunidades inteiras. Assim, compreende-se que é importante *“entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais.”* (VAINER, 2008, p 41).

Junte-se a esses argumentos os conceitos trazidos por Wanderley no Dicionário Crítico da Mineração, em que traz várias categorias, entre elas aqueles Economicamente afetados, que são indivíduos que perderam ou tiveram reduzidas suas fontes de alimento, renda e matéria-prima necessárias para manutenção do modo de vida, por meio de



interrupção ou eliminação dos meios de geração de renda ou de subsistência, como: áreas de coleta, terrenos agrícolas ou áreas de pesca; comerciantes que perderam mercado consumidor; trabalhadores que perderam o emprego; ou ainda, os indivíduos que se tornam dependentes de projetos sociais ou indenizações das empresas, perdendo sua capacidade de auto-produção e de autonomia. E as pessoas atingidas socialmente, que são aqueles que sofreram com as especulações sobre a terra, a comida e outros produtos; impactados pela degradação da vida na cidade e no campo ou pela fragmentação social das comunidades; desempregados e grupos excluídos, em atividades e áreas de risco ou desassistidos pelo Estado e pela empresa; indivíduos prejudicados pelo encerramento da exploração mineral (ou de outras fases do empreendimento) e pelos passivos deixados.

À luz de tais entendimentos, considera-se para efeito desses estudos as condições já citadas das comunidades e o acordo celebrado, em audiência realizada em 28 de novembro, na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, em Belo Horizonte (MG), a saber: a) Vale assegura a continuidade do pagamento mensal emergencial por mais 10 meses, a partir de 25 de janeiro de 2020; b) o acordo permitirá também que o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a Defensoria Pública Federal (DPU) e o Estado de Minas Gerais requeiram a inclusão de comunidades específicas não contempladas nos critérios acima e ainda aquelas contempladas, mas que não receberam nenhum tipo de Pagamento Emergencial desde o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A.

Isto posto, busca-se argumentar que o Pagamento Emergencial pode ser uma estratégia para minimizar danos, a ser adotada para as pessoas atingidas pelo desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da empresa Vale S.A, até que a reparação integral seja garantida.

Após as visitas preliminares a campo e o Diagnóstico Rápido Participativo realizado nas comunidades atingidas, fica evidente que os critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial não podem ser pensados de maneira linear e positivista. Qualquer conceito – no caso o de Pagamento Emergencial – e/ou saber está inacabado e condicionado a interesses e ideologias, portanto as Instituições de Justiça devem buscar meios de fazê-lo em processo constituinte que englobe os interesses das pessoas e comunidades atingidas.

Os critérios para acesso ao Pagamento Emergencial foram elaborados sem a participação das pessoas atingidas, e devem ser passíveis de reformulações/ampliações, fazendo valer o saber e as necessidades (reivindicações e proposições) das pessoas e comunidades atingidas. A Assessoria Técnica Independente do Instituto Guaicuy



trabalhará, junto às pessoas atingidas, na problematização e na garantia da participação na elaboração de critérios, com vistas à ampliação e extensão do direito ao Pagamento Emergencial.

A Assessoria propõe estratégias para dar visibilidade/identificar as pessoas atingidas, considerando situações de vulnerabilidade, de condições familiares, de renda, sanitárias e fundiárias. Para tanto, a proposta de trabalho da ATI em relação ao Pagamento Emergencial consiste em conjuntos de ações e atividades, que serão realizadas de forma concomitante nos primeiros seis meses de atuação da Assessoria em campo, sendo eles: 1) Mapeamento de quem tem o direito (de acordo com os critérios atuais) e não recebeu o Pagamento Emergencial (descumprimento dos critérios pela Vale); e 2) Definição de novos critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial através de metodologias participativas.

O trabalho de participação social compreende todas as etapas da assessoria técnica. Não existe possibilidade de exaltar a importância da voz e garantir a escuta reivindicativa das pessoas atingidas que não seja com metodologias humanizadas dialógicas. O conhecimento da equipe de assessoria com as comunidades iniciou-se através de vivências do Diagnóstico Participativo. Esta etapa foi fundamental para elaboração do Plano de Ação desejado pelas comunidades.

Na construção do plano de trabalho identificou-se constante narrativas que falavam do Emergencial e de formas desiguais de tratamento dado pela Vale às pessoas e comunidades atingidas. O Pagamento Emergencial tornou-se o elemento básico para qualquer processo reparatório. Assim, será realizado Diagnóstico Participativo Temático de reparação emergencial com instrumentos de participação que estabeleçam os critérios que as comunidades atingidas desejam que sejam contemplados.

No decorrer do primeiro semestre, o desenvolvimento do DRP terá como envolvidos os núcleos comunitários, que deverão contar com aproximadamente 20 famílias. Os grupos de aplicação serão constituídos por no máximo 50 pessoas, sendo o esperado em torno de 2 pessoas por família, de acordo com as reuniões já realizadas.

Como metodologia proposta, observa-se as seguintes etapas: (i) capacitação da equipe Guaicuy; (ii) sensibilização de participantes da comunidade; (iii) visitas convite para o DRP/mobilização social; (iv) curso de capacitação dos moradores da comunidade e equipe de campo em DRP; (v) realização de entrevistas e aplicação de técnicas DRP; (vi) sistematização e análise dos dados recolhidos; (vii) validação pela comunidade; (viii) relatório final.



Dentre as técnicas a serem selecionadas de acordo com a realidade dos grupos envolvidos, encontram-se as especificadas no quadro a seguir:

Quadro 6 – Metodologias sugeridas por público

TÉCNICAS	PÚBLICO
História Oral	Idosos e jovens
Mapa Histórico	Antigos moradores, líderes comunitários
Mapa de danos	Todos, líderes e moradores em geral
Mapa de emergencial	Famílias
Rotina Diária	Mulheres
Croqui de Quintal/ Familiar	Famílias
Caminhada Transversal	Líderes/ Comissões de Atingidos
Diagrama de Venn	Todos, líderes e moradores em geral
Matriz Realidade Desejo	Todos, líderes e moradores em geral

Para a realização do DRP Emergencial acontecerão duas reuniões de aproximadamente 8 horas em cada núcleo comunitário, totalizando 36 visitas. A aplicação ocorrerá no decorrer de 9 finais de semana, e contará com a equipe de Mobilização Social e toda equipe multidisciplinar do Instituto Guaicuy.

Para a aquisição de dados para a realização do primeiro conjunto de mapeamentos do Pagamento Emergencial, será contratada consultoria específica. Essa etapa de coleta de informações será realizada através da etapa I do Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das pessoas Atingidas – DFIPA, como um instrumento central para a sistematização de informações sobre as pessoas atendidas, visando a identificação dos atingidos e o Pagamento Emergencial.

Portanto, a proposta é construir, junto com a população, critérios e condições que permitam o reconhecimento das pessoas e das comunidades atingidas em sua multiplicidade social, garantindo a busca da justiça por meio da participação popular em todo o processo, para assim estabelecer novos parâmetros que deverão ser utilizados para o direito ao Pagamento Emergencial.



10 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

Como apresentado, as ações de mobilização social são fundamento da atuação da assessoria técnica. É por meio da mobilização e com seus diferentes instrumentos e metodologias que o diálogo e o atendimento às pessoas atingidas se efetivam na dinâmica cotidiana da assessoria técnica independente. A mobilização social, dessa forma, se inicia com a atuação da assessoria técnica, mas, espera-se que não termine com o fim dos trabalhos. A mobilização social é entendida como uma busca junto com as pessoas atingidas, para a construção de um justo processo de reparação. Diferentes ações e atividades estão associadas à dinâmica de mobilização social e são apresentadas a seguir.

10.1 Acolhimento e escuta ampliada: contatos iniciais e contínuos com os sujeitos e com as comunidades

O Instituto Guaicuy orienta-se pelos princípios da globalidade e da ação política enquanto narrativa coletiva inequívoca dos sujeitos sociais, visando a organização e a mobilização social como ferramentas potentes para responder a um acontecimento sem precedentes, mas que precisa ser reparado para garantia de direitos, com autonomia e em respeito à liberdade dos sujeitos. Nesse ponto é fundamental destacar a contribuição do Serviço Social, do Jurídico, da Saúde e das Ciências Sociais no acolhimento e na escuta ampliada individual/grupal dos sujeitos e de suas demandas e necessidades, estimulando a expressão das singularidades e questões transversais, como gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.

O conceito de acolhimento adotado no âmbito do Plano de Trabalho inspira no conceito de “dispositivo” (Foucaultiano) “caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos” (Foucault, 1977, citado por CHIGNOLA, 2014, p.6), ou seja, Acolhimento enquanto rede de relações, um lugar/território para “caber” todas as expressões e demandas (concretas e subjetivas) das pessoas atingidas, cumprindo função estratégica enquanto lócus de criação de vínculos, corresponsabilização, autonomia e afetos. É um local físico ou em trânsito permeado por territorialidades e desterritorialidades. É preciso lembrar que no Diagnóstico Rápido Participativo realizado na Área 4 os atingidos relatam que não sabem o que fazer e onde vão ficar sem as águas, sem os parentes que os visitavam, sem o local de lazer e espaço de identidade. Uma visível mostra da desterritorialização em processo, mas ao mesmo tempo expressam o desejo de terem o rio e as relações de volta: a reterritorialização.

Nesse contexto, o caráter do Acolhimento das pessoas atingidas comportará um fazer intersetorial e interdisciplinar desburocratizado e humanizado, integrando e compartilhando atividades e seus resultados, diminuindo os riscos de novos danos aos



grupos e às pessoas atingidas. O acolhimento é entendido enquanto um momento de escuta e de diálogo, onde e quando os sujeitos demandarem, ou seja, ocorrerá na Visita Domiciliar, na Busca Ativa, nos encontros formais/entrevistas/atendimentos ou informais, nos pontos de encontros de vizinhos, escolas, nas orientações jurídicas, sociais, em atividades coletivas. É uma oportunidade de proximidade entre a Assessoria e as pessoas atingidas, dialogando com as histórias, subjetividades e experiências prévias e posteriores ao rompimento da barragem.

Acolhimento é dispositivo “Porta Aberta” entendida como uma experiência dialógica e interativa. Não se tratar de ouvir apenas, mas escutar e interagir, dialogar com as pessoas atingidas diferentes informações jurídicas, orientações técnicas e atenção psicossocial, coleta de variados dados, apoio e orientações jurídicas e demandas de encaminhamentos aos serviços públicos e outros.

A escuta ampliada pelo acolhimento individual/grupal dos sujeitos e de suas demandas e necessidades serão realizadas durante todo o processo de assessoria técnica. O trabalho desenvolvido será interdisciplinar e objetiva potencializar resultados e respostas às demandas das pessoas atingidas, de forma que todas as ações coletivas tais como atividades culturais, lazer, produção de materiais informativos e formativos, organização comunitária e territorial, possam ser construídas conjuntamente.

O acolhimento promoverá o encaminhamento responsável e qualificado de demandas apresentadas pelas pessoas atingidas a serem dialogadas em fóruns, atividades e ações de mobilização e de formação continuada. O acolhimento ocorrerá ao longo dos próximos meses, na sede regional que será localizada em Cachoeira do Choro, e também através da Unidade Móvel, que semanalmente estará nas comunidades com equipes multidisciplinares.

10.1.1 ACOLHIMENTO

O acolhimento psicossocial e administrativo são braços operacionais e metodológicos do acolhimento geral da Assessoria Técnica Independente e, neste sentido, também compõem a rede de relações construída entre a Assessoria Técnica Independente e as pessoas atingidas, criando vínculos, corresponsabilização, autonomia e empatia. O acolhimento administrativo tende a ser realizado de forma preferencial na casa do/a atingido/a ou nos pontos de atendimento da Assessoria, gerando, sobretudo, duas formas de tratamento das demandas acolhidas: internamente, as demandas individuais atendidas pelos técnicos da ATI alimentarão a própria base de dados da Assessoria, possibilitando a aglutinação de demandas repetitivas por tema, região, data ou demais indicadores que se



revelem relevantes.. Além disso, a base de dados interna facilitará o controle do fluxo das demandas, indicando qual medida a ser adotada para cada caso e quais diligências serão executadas pela equipe administrativa ou por outra área pertinente (quando compatível). Além da base de dados, os acolhimentos administrativos cumprirão a função interna de alimentar os diagnósticos de danos em curso, em especial na qualificação e exemplificação da extensão e repercussão dos danos. Neste quesito, é importante notar que o acolhimento não necessariamente é individual, podendo ocorrer em grupos ou representantes de coletividades. Concomitante a estes processos, e em sua dimensão exterior, serão gerados relatórios mensais dos acolhimentos e diligências realizadas.

As duas formas mencionadas de tratamento das demandas, seja alimentando o banco de dados para fins de aglutinação das demandas e administração dos fluxos, seja para alimentar os diagnósticos de danos em curso, contam com o encaminhamento complementar do Jurídico da ATI. A partir da aglutinação, possibilita-se a identificação e sistematização das demandas repetitivas, que facilitam a reivindicação da intervenção judicial, cabendo ao Jurídico da Assessoria, de posse desses dados e documentos, encaminhar ao Ministério Público. O aproveitamento dos dados para diagnóstico e matriz de danos, a atualização e constante aprimoramento dos fluxos institucionais para resolução de demandas, assim como várias outras interfaces com o Jurídico do Instituto Guaicuy, estão previstos no capítulo dedicado ao Direito.

O Acolhimento Psicossocial comportará as seguintes ações/atividades, com equipe multiprofissional de profissionais de serviço social, psicologia e saúde: identificação e acolhimento de demandas psicossociais; escuta e abordagens coletivas, abordagem e encaminhamento de famílias/pessoas em situação de risco social e pessoal; encaminhamento responsável para rede de serviços de saúde, educação e Socioassistenciais; visitas domiciliares e busca ativa, construção de subsídios para acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; produção de informações e dados para a composição da matriz de danos; produção de relatórios estatísticos e descritivos e parâmetros para o Pagamento Emergencial; promoção de articulação institucional, pactuações e parcerias com serviços públicos municipais, regionais dentre outros; estímulo à participação dos atingidos nas instâncias de controle social das políticas públicas, atendimento de demandas das equipes do DFIPA e de Mobilização Social relativas à atenção às situações de violação de direitos e demandas de saúde.

Relatórios semestrais das atividades, número de atendimentos e análises serão produzidos, a partir dos dados gerados e aferidos nesse momento de mobilização social e de contato entre as pessoas atingidas.



10.2 Atividades e as ações de mobilização e de comunicação social

Pautado pelo desenvolvimento de relações de confiança e de proximidade, o processo de mobilização permite desenvolver relações de reciprocidade entre e a assessoria técnica e as pessoas e comunidades atingidas. Contudo, considera-se ainda mais fundamental para o processo de construção da reparação integral, o diálogo intracomunitário fomentado a partir das ações e dos encontros entre as pessoas atingidas.

A partir de um contato constante - remoto ou não - é possível identificar situações de vulnerabilidade, relações de conflitos, expectativas e desejos que atravessam as relações comunitárias e familiares. Neste sentido, esta aproximação possibilita identificar os caminhos possíveis para a o fortalecimento político e social das pessoas e das comunidades atingidas.

Dessa forma, são apresentadas algumas estruturas e formas de ação para potencializar a mobilização social das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem.

São propostas reuniões com cada núcleo comunitário, na qual serão discutidas e dialogadas a partir de diferentes metodologias, a realidade de cada comunidade, o entendimento do dano gerado nas pessoas, com a finalidade de compreender e complexificar as discussões, garantindo a particularidade local. Para isso serão disponibilizados técnicos de campo para atuação junto aos núcleos e assembleias, assim como realização de mobilização ativa, junto às comunidades atendidas. Serão realizados eventos, momentos formativos e de diálogo, divulgação ampla e irrestrita sobre as informações, dados e consequências do rompimento da barragem para os variados modos de vida.

Será realizado o mapeamento das principais formas, meios e serviços de comunicação utilizados no cotidiano das comunidades, bem como as reuniões, festas, eventos, pontos de encontro e outras atividades coletivas que já acontecem, buscando compreender a dinâmica local e potencializar formas de diálogo e interação comunitárias. Será importante propor estratégias para as pessoas que criam e moderam grupos em redes sociais das comunidades, comissões e associações.

Nesse ponto, será essencial usar, de forma integrada, as possibilidades do Diagnóstico Rural/rápido Participativo (DRP) proposto neste plano. De modo que a aproximação com os atingidos aconteça de forma dinâmica e a construção de laços seja baseada em uma fonte diversa de informações.



Será oferecido apoio técnico, organizacional e formativo para o uso efetivo dos meios de circulação da informação mapeados, buscando empoderamento e a autonomia das pessoas atingidas na divulgação de denúncias, demandas, eventos etc.

A assessoria técnica busca integrar os agentes mapeados pela comunicação popular e os comunicadores da ATI para a produção conjunta de vídeos, cartilhas, folders, banners e outros materiais e documentos que sejam considerados pelas pessoas atingidas como essenciais para a publicização de seus problemas e questões para a mobilização social. Ao mesmo tempo, a informação deve ser problematizada e contextualizada junto com os núcleos comunitários, de forma a provocar um debate ampliado na sociedade, a partir da perspectiva das pessoas atingidas, sobre a construção e o andamento do processo de reparação dos danos gerados pelo rompimento da barragem. É ainda uma forma de promover, na comunicação interna e externa, o ponto de vista das pessoas atingidas, através da gestão das demandas das comunidades e da assessoria de imprensa.

Em consonância com o levantamento de informações e as ações de mobilização social, será realizada, por meio de consultoria específica, a aquisição de dados e informações para a segunda etapa do DFIPA. O DFIPA II consiste na realização de pesquisa junto aos atingidos e que tem como finalidade o aprofundamento da coleta de dados já realizada sobre os impactos e danos nas unidades familiares atendidas pela assessoria técnica.

Para a efetivação das ações contínuas de mobilização social, atuação junto aos núcleos comunitários, assembleias e grupos temáticos são propostos técnicos de campo, contemplando profissionais de variadas formações (comunicador popular, advogado popular, ciências agrárias, entre outras relevantes) e que atuarão durante todo o processo de construção da matriz de danos e da matriz de reparação.

As atividades e ações de mobilização social apresenta relatórios que serão disponibilizados no site do Instituto Guaicuy e relatórios de prestação de contas semestralmente. O site será desenvolvido para que possa dar visibilidade a todas a informações e dados gerados pela assessoria técnica independente, de forma clara e interativa. Na plataforma, serão desenvolvidos espaços virtuais alimentados pelas diversas áreas de atuação da equipe, pela voz dos atingidos e ainda pela comunicação institucional do Guaicuy.



10.3 Participação informada: formação e empoderamento comunitário

A assessoria técnica considera o conhecimento como fator fundamental para a geração de independência e de autonomia para as comunidades, como pressuposto para a atuação crítica de cidadã. Conhecimento não é apenas o técnico, o positivo e o metódico. É também o conhecimento das realidades, das práticas de vida e das tradições.

A produção de conhecimento é entendida pela assessoria técnica enquanto potencialidade para a cidadania e para a autonomia das pessoas e dos grupos sociais. Dessa forma, a perspectiva é de construir conhecimentos inclusivos, que incorporem e dialoguem com a dimensão técnica com os conhecimentos e saberes populares, uma vez que o protagonista do processo de reparação é o atingido.

Esse conhecimento aproximado das realidades sociais e complexidades espaciais fomenta o empoderamento comunitário por meio da construção de formas autônomas de se entender o processo de reparação. É através do conhecimento e de seu empoderamento que as comunidades e pessoas atingidas tem a possibilidade de equiparar forças e discursos com outros atores, como a empresa Vale S.A. Por isso, a assessoria procurará estimular a promoção dos saberes nas comunidades, seja estimulando a troca de técnicas locais, as conversas entre os pares ou no fornecimento de momentos formativos demandados pelas pessoas atingidas.

Como descrito anteriormente, a mobilização desempenhará o papel de escuta ativa para perceber as necessidades das pessoas atingidas, incluindo as necessidades de diálogos e interações entre diferentes formas de conhecimento, atuando através de metodologias abrangentes e que priorizem a troca, o diálogo, a convivência, mediando informações junto às pessoas atingidas no centro do processo de construção de autonomia.

Diferentes informações são essenciais para a construção de espaços de diálogo junto às comunidades e pessoas atendidas pela Assessoria Técnica Independente da Área 4. Durante as consultas realizadas pelo Diagnóstico Rápido Participativo, diferentes dados e informações foram entendidos pelas comunidades como uma oportunidade de estudos independentes construídos e dialogados a partir das demandas das próprias comunidades, como mostram as seguintes frases dos moradores: “[queremos] *informações seguras em relação à qualidade da água*” (morador de Cachoeira do Choro, 2019), “[queremos] *certeza da qualidade da água e dos peixes*” (morador do Recanto do Laranja, 2019).

As diferentes informações geradas serão apresentadas em linguagem acessível e dialogadas com as comunidades e pessoas atingidas, garantindo o respeito aos tempos e às diversidades de conhecimentos. Todos os materiais coletados em campo para análises externas serão georreferenciadas por GPS (Calibração DATUM SIRGAS 2000),



identificados por código de barras GS1-128, lacrados e cadastrados em sistema digital com informações relativas à amostra, ao processo de coleta e constando informações sobre o responsável técnico. Todas as análises serão realizadas em laboratórios credenciados, certificados e acreditados, constando as identificações codificadas das amostras, resultados, parâmetros de referência pela legislação brasileira e acompanhados de anotação de responsabilidade técnica.

Em caso de não detecção de algum parâmetro e devidamente justificado pela equipe técnica, poderá ser sugerido às comunidades a inserção de novas análises ou a supressão de análise ou parâmetro em andamento nas análises técnicas. Nesse caso, será informado e justificado a supressão ou inserção de parâmetros e análises às instituições de justiça, após encaminhamento junto às comunidades e pessoas atendidas.

Todos os resultados de análise serão apresentados às pessoas e comunidades atendidas em linguagem adequada à cada realidade local e acessível a todas as pessoas. Todos os relatórios publicados pela Assessoria Técnica estarão disponíveis em mídia digital no site do Instituto Guaicuy e serão entregues versões impressas e assinadas pelos técnicos responsáveis para as comunidades e pessoas atendidas, por cada programa ou demanda. Os materiais técnicos serão debatidos e apresentados às comunidades locais, de forma a possibilitar um maior envolvimento e entendimento das pessoas e comunidades atendidas de variadas perspectivas de danos gerados a partir do rompimento da barragem.

A seguir, são apresentados alguns conjuntos de dados e informações a serem gerados e dialogados e que foram considerados pela assessoria e pelas pessoas atingidas, no momento de reavaliação do DRP, como estruturantes para o entendimento do dano gerado pelo rompimento da barragem.

10.3.1 AGROPECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SETOR AGRÁRIO

A Área 4 apresenta considerável diversificação produtiva tanto nas culturas de vegetais (agrícolas) quanto nas culturas de produção animal (pecuária), com a presença de criadores de bovinos com destaque à produção de leite, produção de aves, suínos, peixes dentre outras atividades pecuárias. A atividade leiteira em Minas Gerais é umas das atividades produtivas de maior expressividade econômica, social, cultural e ambiental, ocupando o primeiro lugar como Estado que mais produz leite no Brasil, com 27,1%, sendo que o país é responsável por 7% da produção mundial ocupando a quinta posição mundial



(Conab, 2018). Em Minas Gerais, a região central que engloba a Área 4, produz 107,7 milhões de litro, o que corresponde 1,2% em Minas Gerais (IBGE/PPM – 2016).

Após o desastre, diversos são os impactos gerados na vida das pessoas atingidas e do meio ambiente próximo. São impactos que podem trazer uma série de consequências, alterando a relação homem-animal-ambiente, uma vez que se encontra presente o risco de zoonoses, antropozoonoses e zooantroponoses. Os princípios de vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental, assim como o bem-estar-animal são importantes para orientar as pessoas atingidas sobre os riscos e os cuidados necessários em uma condição de cenário no qual se encontram.

No contexto do desastre ambiental, os produtores locais estão enfrentando uma série de dificuldades de continuar mantendo suas atividades produtivas. São diversas as contingências à criação de animais. Na comercialização, os produtores estão sofrendo perdas por conta da falta de clientes pela queda do turismo. Além de vivenciar problemas no escoamento de mercadorias, os produtores estão com dificuldades em manejar os animais, já que há dúvidas em relação à qualidade da água e há uma queda de valor de mercado dos produtos.

Os impactos e as perdas nas atividades produtivas são diversos e a mensuração de todas essas perdas e suas consequências serão realizados juntamente com os produtores, seguindo e respeitando critérios técnicos, mas em total diálogo com as demandas e as necessidades comunitárias. Para este contexto, de empoderamento das populações camponesas, de forma integrada em todas as áreas do conhecimento, os temas que permearão o constante debate estão voltados para o entendimento das perdas sentidas e apresentadas pelos moradores dos locais impactados. Dessa forma, em paralelo à outras formas de aquisição de dados diretos com as pessoas atingidas, serão também realizadas:

- Visitas específicas por veterinários e zootecnistas, sob demanda, aos produtores rurais para realização de análises, para avaliação e definição de cálculos de perdas de produção e bens rurais;
- Realização de momentos formativos que visem às orientações e cuidados necessários das técnicas de cultura e manejos agrícolas, como forma de diversificar a produção agrícola;
- Diálogos sobre como os sistemas produtivos podem ser impactados devido ao desastre com objetivo de oferecer subsídios para facilitar a compreensão plena dos riscos e cuidados necessários após o rompimento da barragem na rotina do dia-a-dia das pessoas atingidas de acordo com seus hábitos de vida e cultura da região;



- Auxílio na saúde e no bem-estar dos animais domésticos (de companhia e de produção) visando, sobretudo as condições da saúde humana;
- Realização de análises técnico/laboratorial dos produtos de origem animal e vegetal sob demanda e participação de forma comunitária por parte das pessoas atingidas para que possa avaliar pontualmente se determinado material está contaminado e se isso pode trazer riscos para a saúde humana;
- Dimensionamento dos impactos e das perdas dos produtores;

Todas essas atividades se propõem a serem realizadas comunitariamente através de metodologias participativas diversas que contemplem a participação de maneira democrática, com respeito à diversidade e dialogado com cada realidade local.

As informações sobre agropecuária, agricultura familiar e extensão rural geram relatórios individuais para cada propriedade, além de apresentar relatórios semestrais consolidados informando resultados e analisando informações. Por suas características próprias, as atividades são desenvolvidas nos primeiros 23 meses do plano de trabalho e são indicados quatro técnicos de campo, além de consultorias específicas.

10.3.2 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A quantidade de sedimentos recebida pelo curso d'água gera diferentes consequências para os sistemas hídricos e ecológicos que compõem a dinâmica ambiental do curso d'água. A partir do rompimento da barragem diversos desses impactos foram amplamente divulgados, muitas informações (nem sempre corretas, ou noticiadas corretamente) foram responsáveis por construir uma situação de desconfiança com os dados técnicos e de bastante ressalva com os impactos do rompimento para a saúde humana, animal e, principalmente, as possibilidades de uso das águas do Rio Paraopeba e da represa de Retiro de Baixo.

De forma complementar a outros estudos e análises já realizados por instituições públicas e privadas, a Assessoria Técnica irá adquirir dados e informações, independentes, como requisitado pelos atingidos em diferentes momentos do DRP realizado para a construção do plano de trabalho. São propostos como eixos centrais de informação a serem geradas: análises de água e de sedimentos; análise de água para uso humano; biomonitoramento; análise de cobertura de uso da terra; análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas; desenvolvimento de metodologia de valoração ambiental;



Serão realizadas **análises de água e de sedimentos** no Rio Paraopeba, no trecho de trabalho da Assessoria Técnica, em seus afluentes e no reservatório de Retiro de Baixo, distribuídos de forma a permitir o entendimento da dinâmica fluvial e possíveis alterações e impactos para o sistema ecológico e fluvial gerados a partir do rompimento da barragem rejeitos do córrego de Feijão. A atividade tem duração de 15 meses, período em que serão realizadas 10 campanhas de monitoramento em 30 pontos da área de trabalho. Cada campanha de análise realizada terá um relatório técnico específico, sendo que serão publicados relatórios consolidados incorporando os dados aferidos em uma série histórica e comparando com dados e análises de domínio público e realizadas por diferentes instituições públicas e privadas. Os parâmetros de análise e os pontos serão detalhados considerando as especificidades ambientais e normativas associadas à monitoramento de recursos hídricos e de sedimentos.

Durante o DRP, de forma muito recorrente, os participantes apresentaram problemas com as águas utilizadas para consumo e que são, pelas pessoas e comunidades, vinculados ao processo de rompimento da barragem e aos danos percebidos no Rio Paraopeba. **As análises de qualidade de águas para uso humano** serão realizadas em poços, cisternas, retiradas de água em afluentes e outros pontos demandados pela população atendida e que apresentam restrições ou dúvidas referentes às suas diferentes possibilidades de uso. As coletas de água serão realizadas a partir de demanda e em conjunto com a população em áreas de captação e de uso consideradas de relevância para diferentes formas de usos humanos (consumo direto, dessedentação animal e outros usos relevantes).

Considerando que as análises de qualidade de água para consumo serão realizadas a partir de demandas específicas da comunidade, a cada análise realizada será emitido um relatório técnico, em linguagem acessível e que será dialogado pela equipe técnica com as comunidades e pessoas demandantes. Cada relatório será disponibilizado em mídia digital e uma versão impressa para as comunidades demandantes. Será realizada uma relatoria consolidada trimestral, considerando as análises realizadas no período, outros dados creditados e disponibilizados por instituições públicas ou privadas. O projeto tem tempo previsto de duração de dezessete meses.

A Área 4 tem como um de seus principais atrativos a dinâmica de pesca e o contato primário com o Rio Paraopeba e com o reservatório de Retiro de Baixo, uma das questões mais recorrentes e de grandes preocupações apresentadas durante o DRP é referente à possibilidade da pesca e do consumo dos peixes, como mostram as frases a seguir: “[queremos] *voltar a usufruir da pesca, banho de rio e natureza*” (morador do Recanto do Laranjo, 2019), “[queremos] *o rio de volta e o prazer de pescar*” (morador de Cachoeira do



Choro, 2019). **O biomonitoramento** tem como finalidade analisar as alterações no sistema ecológico e seus possíveis impactos toxicológicos para a ictiofauna do Rio Paraopeba, na Área 4. As coletas de espécimes e a preparação de amostras deverão ser feitas conforme legislação e normativas técnicas vigentes e de forma a atender todas as regulações da legislação brasileira. As coletas de espécimes serão realizadas no trecho atendido e sob demanda no caso de criação de peixes cativos. No caso de análise de peixes em criatório, será realizada relatoria individual para cada análise demandada, que será apresentada em linguagem adequada às pessoas e comunidades demandantes. O biomonitoramento tem duração de 15 meses e apresenta relatoria consolidada a cada três meses após o início das análises, considerando os resultados aferidos no período, outros dados creditados e disponibilizados por instituições públicas ou privadas e o histórico de monitoramento realizado pela Assessoria Técnica Independente.

A **cobertura do uso da terra** é um importante dado de análise para o entendimento de como diferentes contextos podem ser responsáveis por processos de intensificação, diminuição ou alteração nas dinâmicas sociais e ambientais. Na Área 4 diferentes processos de uso da terra foram impactados a partir do rompimento da barragem e do conseqüente impedimento e/ou restrição de acesso ao curso d'água e aos diferentes usos da água. O estudo de uso da terra tem por objetivo analisar, por meio de ferramentas de geoprocessamento e de análise ambiental, como as dinâmicas de ocupação territorial e de produção foram alteradas a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. A análise de cobertura de uso da terra publicará um relatório final seis meses após o início da atividade.

Durante o Diagnóstico Rápido Participativo, ficou evidente que as perdas agrícolas representam uma preocupação constante das comunidades, que em diferentes momentos abordaram o tema, como mostram as frases a seguir: “*eu tinha plantações, vivia do doce e do turismo*” (morador de Angueretá, 2019), “*usava a água do rio para as galinhas e plantas pequenas*” (morador do Recanto do Laranjo, 2019), “*tinha facilidade para comercialização dos terrenos e dos produtos*” (morador do Recanto do Laranjo, 2019), além do fato de que diferentes dúvidas representam impedimentos para a retomada do desenvolvimento econômico local. A partir dos dados de uso da terra e da identificação de áreas de agricultura anual ou sazonal, serão realizadas **análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas**, com a finalidade de se perceber possíveis impactos para as culturas e para o consumo desses alimentos pela população ou por animais. Essas informações, poderão auxiliar no entendimento do nível de impedimento, além de esclarecer dúvidas sobre possíveis contaminações do solo, das plantas e dos animais, que foram de forma



bastante recorrente apresentadas durante o Diagnóstico Rápido Participativo realizadas pela Assessoria Técnica.

Os parâmetros serão analisados a partir de metodologias reconhecidas pela legislação brasileira e que atendam ao requerido pelas normativas técnicas para coleta e análise de solo. As análises de solo serão realizadas a partir de pontos específicos definidos pela equipe técnica e em apoio a demandas de comunidades e pessoas atingidas. A atividade tem duração de 15 meses e serão publicados relatórios individuais, quando requerido pelas comunidades, e relatoria semestral com todos os dados aferidos e analisados.

Os serviços ambientais de diferentes atributos do Rio Paraopeba foram impactados e tinham importância e valor para a população local e para a sustentabilidade ecossistêmica. Desta forma, estimar o valor de tais atributos pode contribuir para mensurar o valor do dano ambiental causado às populações. O **desenvolvimento de metodologia de valoração ambiental** tem como finalidade estimar o valor monetário atribuído aos serviços ambientais em diferentes níveis de acesso, vínculo e valor para diferentes usos e contextos de atuação da população, como subsídio a mecanismos para a reposição integral dos danos socioambientais gerados a partir do rompimento da barragem. Dentre os bens ambientais, prioritariamente a serem valorados, destacam-se:

- Água: contendo a identificação dos diversos tipos de usos; origem; volume e aplicações. Para estimativa da água será aplicado o método do Valor Econômico Total (VET), e concomitantemente, o método DaP para valorar o grau de importância dada pela população à água usada para os diversos fins.
- Cobertura vegetal: Identificar o quantitativo suprimido, para mensurar sua contribuição no sequestro carbono, biodiversidade, regulação climática, polinização, disseminação de sementes. Todos estes, poderão ser estimados a partir de dados locais. Para estimativas de carbono será aplicação do método de quantificação utilizado pela Embrapa; para regulação climática será utilizado método aplicado por Costanza et al. (2011).
- Paisagem: Valorar a paisagem junto aos moradores locais e estimar o valor cognitivo e espiritual alterado a partir da aplicação do método empírico da paisagem.
- Pessoas: avaliar como os impactos ambientais influenciam no cotidiano das pessoas, e o que causou nelas. aplicação do Método de valoração de Contingente.



Para a atividade de valoração ambiental serão utilizadas de forma complementar diferentes estruturas metodológicas, como: pesquisa comunitária (em diálogo direto com o DFIPA), pesquisa bibliográfica, painel delphi e de especialistas, aplicação do método de valoração de contingente; aplicação do método empírico da paisagem; estimativas de carbono; valor econômico total e outros que se fizerem necessário. O programa de valoração ambiental tem duração de 13 meses e publica relatórios semestrais.

Para a elaboração das informações ambientais são indicados quatro técnicos de campo, com formação específica nas áreas técnicas necessárias aos estudos, além de consultorias específicas para análises ambientais.

10.4 Impactos nas economias e nos sistemas produtivos

O estudo relativo aos impactos econômicos estruturais busca mensurar qualitativa e quantitativamente as perdas, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A, que resultaram em quebras, rupturas e descontinuidades nos sistemas de produção e circulação de mercadorias nas localidades especificadas.

Não se trata, assim, da construção de uma matriz de danos individualizada, mas da constituição de um modelo descritivo e causal explicativo voltado à determinação dos principais problemas ligados, dentre outras coisas, às cadeias produtivas estabelecidas no território, às estruturas urbanas e viárias e aos sistemas cooperativos de produção que, por seu caráter macro, constituem limitações ao desenvolvimento da região pós-rompimento.

De forma objetiva, trata-se, em grande medida, de uma análise de cenários, pré e pós-rompimento, os quais, constituídos por uma série de variáveis econômicas, resultam em ambientes mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas. A conformação desses cenários é realizada a partir da utilização dos dados primários produzidos no âmbito da assessoria técnica, de informações secundárias das áreas atingidas em comparação a outras similares que não passaram por impactos semelhantes, de documentos cartográficos bem como de elementos qualitativos advindos de entrevistas, acolhimentos, busca ativa rodas de conversa e toda gama de contato e aproximação com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem..

Para a estruturação do estudo pretende-se uma abordagem multiescalar e multinível. Na primeira, observam-se e mensuram-se os componentes ligados às políticas públicas, instituições, volume de investimentos e infraestrutura existente nas escalas municipal, estadual e federal que aparecem como elementos fundamentais para a constituição e compreensão dos cenários supracitados.



Em termos da análise multinível, a caracterização local e a mensuração dos impactos partem, inicialmente, do maior nível de agregação setorial econômica, seguida de seu desmembramento. Nesses termos, consideram-se os setores primário, secundário e terciário, inclusive a Administração Pública, como referências aglutinadoras. Cada um deles compreende, por seu turno, em seu interior uma série de atividades, rotinas e cadeias produtivas que foram comprometidas após o rompimento. Dentre elas destacam-se:

1. Pesca e piscicultura;
2. Agropecuária de nível familiar;
3. Atividades varejistas comerciais de pequena escala;
4. Prestação de serviços básicos;
5. Atividades turísticas;
6. Indústrias de transformação de pequena escala,
7. Atividades ligadas à economia popular e solidária;
8. Programas de transferência de renda;
9. Aposentadoria e formalização do trabalho.

Em cada um dos subsetores, questões como os volumes de produção, os mercados existentes e rompidos, as possibilidades bloqueadas, as quedas em termos de faturamentos e incrementos de passivos, os graus de endividamento e precarização das condições de trabalho, dentre outras, constituem-se como pontos de atenção. Busca-se compreender de que modo tais questões, impactadas negativamente, influenciaram não apenas nas fontes de trabalho e renda das populações, mas também em seus modos de vida e relação com os territórios que habitam.

Por fim, a avaliação dos cenários contempla, ainda, as condições e perdas ligadas à estrutura e dinâmica urbana, arquitetônica e imobiliária, as quais, pela deterioração e desvalorização enfrentadas nos últimos anos, comprometem o desenvolvimento da economia nos lugares impactados. A mensuração de todas as variáveis apontadas resulta, por seu turno, no apontamento de parte das ações de reparação, as quais, direcionadas de modo estratégico, voltam-se à correção e aprimoramento das trajetórias econômicas das regiões em análise.

Os estudos relativos aos impactos econômicos estruturais serão desenvolvidos durante o tempo de atuação da assessoria, serão realizados por um profissional e apresenta relatorias parciais trimestrais e de prestação de contas semestrais.



10.5 Sistematização de dados secundários

A região atendida pela assessoria técnica já apresenta uma quantidade significativa de informações que são anteriores ao rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A. São informações de saúde, economia, meio ambiente, e diversas outras, realizadas tanto por instituições públicas quanto e privadas e em diferentes escalas e variadas importâncias. A partir do rompimento da barragem, diferentes campanhas de monitoramento e de diagnóstico foram iniciadas e outras intensificadas, apresentando uma quantidade de dados que deve ser sistematizado, comparado e compreendido pelas pessoas e comunidades atingidas e pela assessoria técnica.

Considera-se que os diferentes níveis de dados (pré e pós-rompimento) representam importantes informações para a percepção das alterações e dos danos ambientais e sociais gerados a partir do rompimento da barragem. A sistematização de dados e das relatorias tem como objetivo principal estruturar um banco de dados contendo grande parte das informações disponíveis sobre a bacia do Rio Paraopeba e em especial no trecho de atuação da Assessoria Técnica do Instituto Guaicuy. Os dados aferidos serão convertidos em unidades e índices intercambiáveis e analisados em nível de correlação, componentes principais, desvios e mudanças. Considera-se que esses dados são importantes para fundamentar uma percepção de qualidade ambiental e social pré-rompimento e conseqüentemente fundamentar uma justa reparação dos danos gerados.

Essa etapa subsidiará também o empoderamento das pessoas e comunidades atingidas, uma vez que é uma forma de acesso às informações jurídicas e técnicas de todas as áreas descritas na participação informada, fundamentadas e apresentadas em linguagem adequada, para suas considerações e para a contínua avaliação e comparação das atividades desenvolvidas em conjunto com a assessoria técnica. O projeto de sistematização de dados e de relatorias tem duração de 23 meses e publica relatorias trimestrais.

11 O DIREITO E A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE DANOS

Consoante Plano de Trabalho elaborado pelo Instituto Guaicuy as ações são estruturadas em quatro momentos complementares: o 1) Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial; 2) Mobilização social e a construção da autonomia; 3) Governança e 4) O Direito e a construção da matriz de danos.

O trabalho do jurídico perpassa todas as etapas do Plano de Trabalho. Além de acompanhar os trabalhos do ponto **10.1.1 Acolhimento**, o direito perpassa a etapa 1:



estruturação de trabalho, análises iniciais e pagamento emergencial, participando ativamente na medida em que seu trabalho é interligado com toda a equipe e é fundamental a intersecção seja no trabalho de mobilização e formação de equipe, nas ações de diagnóstico social, principalmente com formação dos núcleos comunitários, com a finalidade inicial de construção de novos critério para o Pagamento Emergencial e consequente ampliação das estruturas de diálogo e acompanhamento social, acolhimento das pessoas atingidas e de sistematização de dados e análises a partir de dados secundários e primários.

Na etapa 2: **a mobilização social e a construção da autonomia** e que pressupõem os diálogos para a construção da matriz de danos, a participação do direto se dará de maneira ativa, seja garantindo o acesso à informação adequada, seja participando dos diálogos, seja encaminhando diligências, ou contribuindo no processo de formação e construção da autonomia.

Da mesma forma, na etapa 3: **Governança**, o direito também estará participando ativamente buscando a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré.

Na quarta etapa, e não menos importante, cujo nome se resume em **Direito e a construção da Matriz de Danos**, será ainda mais relevante o acompanhamento técnico e jurídico no processo de sistematização e entendimento dos danos, construídos de forma participativa nas etapas anteriores.

Há que se mencionar ainda que referencial jurídico do trabalho de Assessoria Técnica Independente proposto pelo Instituto Guaicuy alicerça-se num pressuposto inexorável: o advento de sua existência se dá no bojo de um procedimento judicial. Conquanto não figurem as Assessorias como partes processuais, é inegável sua adequação no preenchimento de interface entre os titulares de direitos violados e seus substitutos processuais, quais sejam os autores das ações civis públicas que correm na 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte. Consoante determinação do exmo. juízo daquele procedimento no dia 05/03/2020, as Assessorias Técnicas Independentes passaram a exercer ainda a função processual de “assistentes técnicos” dos autores, devendo agir junto aos atingidos como facilitadores na identificação e mensuração dos danos gerados pelo rompimento da barragem, de forma a possibilitar a positivação de sua ocorrência.

Há necessidade de garantir a participação informada por parte das pessoas atingidas, cuja realidade foi alterada abruptamente em diversos sentidos, com diferenciados



perfis de atingimento de danos decorrentes do desastre socioambiental, sempre garantindo formas de participação horizontais, dialógicas e nos tempos e nas linguagens acessíveis e necessárias. Para isso, o direito busca se interligar com as outras equipes, e utilizar princípios e pressupostos de uma assessoria jurídica popular, que leva em consideração não somente a dimensão do processo, mas também a necessidade de formação e educação jurídica popular que considere, primeiramente a voz das pessoas atingidas.

Importante destacar ainda que a promoção de tal participação não pressupõe somente a organização da tomada de decisões e o apoio técnico para a vocalização dos interesses comunitários.

O trabalho deverá também envolver a sistematização da realidade e das territorialidades que foram alteradas em diferentes sentidos e intensidades, proporcionando às pessoas atingidas o protagonismo em dialogar, decidir e orientar a elaboração dos produtos técnicos e formas políticas adequadas para demonstrar sua realidade e sua posição política/jurídica a respeito dos direitos tutelados judicialmente no âmbito do processo acima citado. Ou seja, a atuação da Assessoria também visa contribuir também na qualificação e sistematização de informações que as Instituições de Justiça (IJs) eventualmente possam carrear aos autos através de inteligência sistematizada, produzida por meio de metodologias participativas, que garantam a expressão da vontade individual e coletiva dos atingidos em suas afirmações.

Nenhum ator ou atriz, das diversas IJs presentes no processo, terá tamanha qualidade de contato com a realidade fática das pessoas atingidas para produção junto aos mesmos de tal conteúdo como será possibilitado às Assessorias Técnicas Independentes. Isso decorre de sua condição ontológica: foram criadas exatamente para exercer funções técnicas voltadas a garantia da participação informada, conduzindo seu papel mobilizador do território com capilaridade social e coesão política.

Ressalte-se que, ao se afirmar tal realidade, impõe-se assumir como necessária a presença das ATIs como agente retificador da assimetria vigente até sua implantação, em que a ré exerce vasta hegemonia de presença física no território, direta ou indiretamente, além de repisar intensa e continuamente suas posições na mídia, por força de seu poderio econômico.

É necessário também verificar o nexo causal dos danos identificados com o crime socioambiental para o qual se busca reparação integral, de forma a possibilitar a harmonização do aspecto volitivo da participação informada em inteligência jurídica que contribua com as IJs para a efetivação da liquidação do título judicial já exarado. E, ainda,



o desdobramento qualitativo de mensuração de danos em propostas de reparação integral através de econometria adequada técnico-juridicamente e validada socialmente.

Para ultimar tais pretensões, o planejamento do direito conta com as seguintes ações e atividades, abaixo listadas, a serem executadas por diferentes operadores do direito:

11.1 A construção da matriz de danos (O que?)

A matriz de danos é o instrumento que contém os danos individuais, coletivos e difusos das pessoas atingidas e ultima os esforços de participação informada das pessoas atingidas no processo de reparação integral. A matriz de danos será construída juntamente com essas pessoas nas instâncias deliberativas, através de metodologias participativas. Ressalte-se que as informações técnicas produzidas pelo Instituto Guaicuy no Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas – DFIPA, nos estudos de agropecuária, agricultura familiar e setor agrário, nos estudos ambientais, nos estudos de impactos nas economias e nos sistemas produtivos, bem como nas consultorias contratadas também subsidiarão a formação da opinião da pessoa atingida para a tomada de decisão.

Os/as profissionais do direito que atuarão nesta construção devem ser formados numa perspectiva e um olhar específico para auxiliar na condução e construção deste processo de identificação e avaliação dos danos. Para tanto contaremos com uma consultoria que promoverá uma formação aos profissionais com olhares voltado à identificação desses danos.

11.1.1 O DIAGNÓSTICO DE DANOS INDIVIDUAIS

O diagnóstico de danos individuais é o instrumento que contém informações detalhadas dos danos individuais de determinado núcleo familiar. Esse diagnóstico será construído a partir das informações obtidas pelo DFIPA, bem como das informações geradas nos encontros comunitários e de todas as demais fontes de informação produzida pela ATI em suas diversas áreas técnicas, através de pesquisas, diligências, exames, dentre outras, que particularize a atenção direcionada ao núcleo familiar.

O diagnóstico deverá ser aprovado pelas pessoas atingidas do respectivo núcleo familiar, sendo parte integrante da Matriz de Danos, correlacionado aos danos individuais homogêneos.



11.1.1.1 *Da identificação e dimensionamento de perdas patrimoniais e de renda*

No tocante a identificação de danos materiais, ocupa lugar de destaque as decorrentes da diminuição patrimonial e de renda, que abaixo se conceitua e exemplifica.

- a) **Do levantamento de fontes de renda impactadas:** O levantamento das fontes de renda impactadas tem como finalidade apurar a perda das atividades econômicas ocasionadas pelo rompimento da barragem. Nesse item será considerado todo trabalho assalariado, formal ou informal, e as atividades geradoras de renda, tais como pesca, agropecuária, comerciais, serviços, extrativistas, industriais ou agroindustriais que foram impactados.
- b) **Do georreferenciamento dos imóveis rurais:** Para a correta aferição das espacialidades eventualmente atingidas pela desvalorização imobiliária, proceder-se-á ao levantamento topográfico de todos os imóveis cujos proprietários e possuidores demandarem tal serviço. Além de contribuir no dimensionamento do dano patrimonial eventualmente ocorrido, tal expediente é requisito para a regularização fundiária dos imóveis rurais e urbanos, questão potencialmente ligada às demandas de compensação na região 4, cujo perfil de ocupação do solo caracteriza-se por comunidades organizadas em chacreamentos e condomínios gerais cujo parcelamento da terra carece de formalização em grande medida.
- c) **Do estabelecimento do quantum médio de desvalorização imobiliária:** A desvalorização imobiliária recorrentemente relatada nas etapas de campo necessita o desenvolvimento de ferramentas de mensuração do quantum individual, que será determinado pelos atingidos através de metodologia e econometria próprias a serem desenvolvidas nos espaços de participação propostos ao longo desse plano. A ATI concorre para o sucesso de tal empreitada provendo capacidades técnicas e ferramentas que possam auxiliar no balizamento de mercado e à prática dos tribunais. Ocorre que a simples indenização da diferença dos valores venais anteriores ao desastre ambiental em relação aos atuais, proporciona reparação parcial da desvalorização, uma vez que a mesma continuará sofrendo reflexos da resposta negativa do mercado local. Isso ocorre em decorrência da perda das características intrínsecas das localidades em suas expressões desejáveis às funções de recreio, lazer, descanso e produção agropecuárias. Vale dizer, a título de exemplo, que um impacto de tal magnitude como a “destruição de um rio”, não afeta somente as condições objetivas de balneabilidade, mas o conceito subjetivo a



respeito da mesma, muitas vezes condicionado firmemente por crenças com alta resistência de superação, mormente em se tratando de zonas rurais de baixa escolarização. Mesmo alterando-se as condições objetivas, (restituindo-se a sanidade ambiental), tendem a permanecer por muito mais tempo as condições subjetivas, podendo nunca mais ser recuperadas e refletindo negativamente na valorização imobiliária local. Para propor parâmetros de correção desse desvio, a ATI produzirá estudo diagnóstico no mercado imobiliário local, com formulação de tipologia imobiliária adequada à realidade regional, determinação das séries históricas de comportamento de preços e formulação de duas curvas de comportamento futuro do mercado: uma contando com o evento “desastre ambiental” e outra estimando o comportamento sem a ocorrência do evento.

11.1.1.2 *Da identificação e dimensionamento das lesões imateriais (dignidade, saúde mental, honra, memória, imagem, sonhos, etc)*

O dano moral decorre da violação aos direitos que não possuem mensuração econômica, sendo imateriais ou extrapatrimoniais. No caso em tela existem inúmeros direitos cuja mensuração econômica não encontra cálculo exato, sejam decorrentes dos danos individuais homogêneos, coletivos ou difusos. A ATI facilitará a discussão dos atingidos de forma a se levantar e valorar todas as possibilidades de dano moral sofrido, estimulando inicialmente que os mesmos debatam sobre o conceito e relatem experiências.

Caso haja necessidade, atuará exemplificando casos concretos e sugerindo dimensões de danos não visualizados anteriormente, de modo que as diversas situações vivenciadas possam ser reconhecidas ou não como dano imaterial.

Os resultados da discussão serão sistematizados para construir parte da Matriz de Danos.

11.1.2 O DIAGNÓSTICO DE DANOS COLETIVOS E DIAGNÓSTICO DE DANOS DIFUSOS

Seguindo a mesma lógica aplicada ao diagnóstico de danos individuais, os danos coletivos e difusos também serão especificados e reunidos cada um em um diagnóstico próprio, expressando o conjunto de discussões acumuladas, ao longo das metodologias participativas, e deliberadas, através das instâncias decisórias. Os estudos técnicos decorrentes de pesquisas, consultorias especializadas e ações de monitoramento serão, após apreciação e aprovação, igualmente incorporadas aos diagnósticos. Destaque-se



que, por diagnóstico de danos difusos, entende-se aquele que compreenderá os danos difusos e, a depender da vontade expressa das assembleias pertinentes, o que se quer por reparação e recomposição aos danos discriminados. Pela natureza dos danos difusos, estima-se que eles serão identificados por município, sendo essa uma das possibilidades de delimitação dos interessados na construção de cada diagnóstico e de suas respectivas propostas de reparação compensatória. Já o diagnóstico de danos coletivos distingue-se do difuso por endereçar grupos de pessoas específicas, ligadas por um liame sensível - profissional, confessional, cultural, de gênero, dentre outros. Notadamente, a principal diferença organizacional deste diagnóstico para o outro, é o grupo social que o valida em Assembleia (nesse caso, específica dos participantes do grupo determinado). Neste como naquele, o papel da Assessoria também será o de enriquecer a construção e autopercepção das pessoas atingidas apresentando-lhes os frutos das pesquisas e trabalhos de campo desenvolvidos, para apreciação e deliberação quanto à integração dos diagnósticos.

Os/as operadores/as do direito, neste caso, atuarão a partir da perspectiva da assessoria jurídica popular, especialmente no tocante à formação e educação em direitos das pessoas atingidas, dos povos e comunidades tradicionais, entre outros. Será fundamental também na construção deste diagnóstico uma consultoria sobre direito das pessoas atingidas, bem como dos povos e comunidades tradicionais.

11.2 Acompanhamento jurídico-processual

O acompanhamento constante dos processos judiciais envolvidos é um pressuposto para toda a execução do trabalho de uma Assessoria Técnica Independente e envolve atividades como a leitura dos autos, o acompanhamento e participação em audiências judiciais e extrajudiciais, redação de peças e manifestações juntadas diretamente aos autos e/ou em colaboração com as Instituições de Justiça.

11.3 O trabalho em assistência técnica aos autores processuais e a interação necessária com o perito judicial

A decisão do juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte do dia 05 de março aponta para a consolidação do papel institucional das ATIs no processo judicial, equiparando seu funcionamento ao de perito assistente da parte autora.

A partir desse entendimento, as ATIs passam a incorporar competências e prerrogativas próprias do processo civil, cuja disposição na Lei 13.105 de 16 de Março de



2015 (Novo Código de Processo Civil) encontra guarida nos artigos 465, (inciso II) e decorrentes.

As prerrogativas legais incidem diretamente no trabalho do perito judicial, cuja composição é formada por banca de professores e pesquisadores da UFMG (Comitê Técnico da UFMG - CTC-UFMG). Tendo em vista a instituição do Comitê Técnico Científico (CTC-UFMG) como auxiliar do Juízo para a produção de provas, cumpre ao Instituto Guaicuy, na qualidade de assistente técnico das partes autoras, dentre outras, a tarefa de estabelecer quesitos a serem respondidos pelos estudos e pesquisas que serão realizados sob a supervisão do CTC.

Após a definição da proposta vencedora de cada uma das chamadas e estabelecimento do respectivo prazo de quesitação pelo Juízo, caberá ao Instituto Guaicuy elaborar e encaminhar à Coordenação Metodológica os quesitos. O envio deverá ocorrer 05 (cinco) dias úteis antes do encerramento do prazo estabelecido pelo Juízo.

Em suma, às ATIs competirá as seguintes funções enquanto assistentes técnicos das partes:

- acompanhar diligências e exames realizadas pelo CTC-UFMG (art 466, § 2º);
- apresentar quesitos iniciais e complementares, através dos autores (art. 465, §1º, inciso III e art. 469, *caput*);
- apresentar laudos e pareceres (art. 471, § 2º)
- emitir parecer divergente, após protocolado o laudo do CTC-UFMG (art. 477, § 1º)
- ter os pontos de divergência esclarecidos pelo CTC-UFMG (art 477, § 2º)

As ATIs, desde a investidura das competências e prerrogativas processuais tem se organizado para atuar junto ao CTC-UFMG, inicialmente com o estudo das pesquisas já selecionadas e esclarecimento do planejamento proposto ao juízo, de modo a oferecer quesitação e demais expedientes que possam concorrer para a produção da melhor prova técnica pelo perito, sem prejuízo para a produção própria. Vale dizer, as ATIs planejaram independentemente a atuação nos territórios (1 a 5 ao longo da calha do Paraopeba), tendo seus pressupostos de método e metodologias sido amoldados de acordo com a participação local encontrada nas fases de campo em cada uma das áreas. Além dessa diferenciação, cada ATI provém de trajetória singular, encerrando atributos e capacidades próprias, todas respeitáveis e desejadas em sua multiplicidade de matizes técnicos e (multi)disciplinares. Cumpre harmonizar, contudo, as parametrizações de pesquisa, prazos, fluxos e demais dinâmicas que desenvolvam produtos de consumo judicial/processual, de modo a ajustar a ação dos assistentes em um conjunto sistêmico e coeso. Vale dizer, o que se busca é que as diferenças produzam enriquecimento e não descompasso ao trabalho



de produção coletiva da prova técnica. Com vistas a coordenar essa harmonização, as ATIs alocaram 6% dos respectivos orçamentos já liberados pelo juízo para a contratação de uma entidade civil que funcione garantindo a melhor interface entre as IJs e seus assistentes técnicos e desses entre si.

12 GOVERNANÇA

Ao longo das discussões junto às comunidades sobre o processo de desenvolvimento das ações da assessoria técnica pelo Instituto Guaicuy, ficou marcada a importância de possibilitar às pessoas atingidas participar de forma ativa para os processos de decisão e das ações da assessoria técnica. Permanentemente avaliado, discutindo e mudando o que for necessário. A discussão proposta sobre governança e transparência, nesse momento do plano de trabalho, é referente a um conjunto de estruturas e de ações que tem como finalidade a construção de arenas de encontro e de diálogo de forma a garantir a transparência para as ações e permitir de forma direta o controle social nas atividades da assessoria técnica.

A governança, ainda, transpassa a própria relação entre o atingido e a assessoria técnica. Outras instituições e atores sociais estão em atuação nessas complexas territorialidades que envolvem as pessoas atingidas. São instituições públicas, privadas que desenvolvem ações, que têm influência na gestão dos territórios e do processo de construção de reparação para todas as pessoas e comunidades atingidas.

Dessa forma, apresenta-se a seguir alguns princípios para governança: a) a Articulação institucional, que abrange a relação com o Poder Público, com o Comitê Técnico Científico e com o Empreendedor, a Empresa Vale S.A.; e b) a transparência e o controle social das atividades da assessoria técnica que abrange o conselho gestor e os instrumentos de monitoramento e avaliação.

12.1 Articulação Institucional

O trabalho intersetorial e interinstitucional visa fomentar o diálogo e as ações das diversas áreas de conhecimento, setores e serviços, com a finalidade de responder às demandas e necessidades das pessoas atingidas de forma ampla e integral, subsidiando a construção de propostas para o incremento ou implantação de políticas públicas, programas e projetos locais e regionais.



12.1.1 ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

O desastre do rompimento da barragem provocou diversos danos às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente e intensificou a pressão em serviços públicos já defasados ou precarizados, explicitando diferentes lacunas das políticas públicas nos municípios afetados. São velhos problemas com roupagens ampliadas, fruto, em parte, das iniquidades no acesso a direitos e a serviços públicos de qualidade, especialmente, quando se trata de periferias urbanas e territórios geograficamente distantes (Fiorati, 2016).

A nova configuração dada aos territórios pela Constituição Cidadã (1988) coloca o município no centro da governança, delegando aos mesmos a execução e gestão das políticas públicas. O caso mais bem-sucedido no âmbito do estado brasileiro é a política de saúde e o Sistema Único de Saúde/SUS, contudo as iniquidades sociais ainda se constituem como um dos maiores desafios para a garantia do direito à saúde. A maioria dos municípios protagoniza índices inaceitáveis de pobreza e de exclusão social de parcela da população, impedindo assim o acesso ao direito à saúde, educação, habitação, trabalho e renda, transporte e mobilidade, meio ambiente sustentável e a redes de suporte social.

No âmbito dos municípios de Curvelo e Pompéu as iniquidades sociais estruturais já citadas, somam-se aos danos e aos impactos decorrentes do desastre na bacia do Paraopeba, apontando a necessidade imediata de articulação e incidência política sobre atores políticos e serviços públicos para readequar e fortalecer os serviços existentes às demandas da população atingida. Importante salientar que a organização e melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos públicos, no âmbito das negociações de compensação.

Um exemplo de Articulação Institucional com o Poder Público está no âmbito da Saúde e Assistência Social. Os efeitos imediatos e mais trágicos do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A são as mortes e os sofrimentos psicossociais. Mas, e depois? O que acontece com as populações que ali permanecem e com aquelas ao longo do trajeto da lama? Uma pesquisa realizada em Barra Longa, na bacia do Rio Doce, relata que a violência, o uso problemático de álcool e outras drogas são recorrentes na região, principalmente por falta de trabalho e de meios de sociabilidade para os moradores. O adoecimento e agravamento de doenças pré-existentes são fatores decorrentes do desastre, como apontam estudos mais recentes realizados pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) sobre a contaminação de parte da mesma população com metais



pesados como níquel e arsênio⁹; o efeito desestabilizador e o sofrimento psíquico também foi observado no desastre de Mariana, por Azevedo e Freitas (2018) e mais recentemente, o Relatório produzido pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM)¹⁰, por solicitação do Ministério Público Federal, traz um diagnóstico contundente e preocupante da saúde mental das pessoas atingidos, pelo desastre de Brumadinho

Os impactos e os cuidados à saúde das pessoas atingidas exigem uma abordagem ampliada com o reconhecimento e a integração das dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais do processo saúde-doença, numa perspectiva individual e coletiva, no curto, no médio e no longo prazo. A população atingida deve ser suprida nas suas necessidades assistenciais e de vigilância em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os dois municípios, Pompéu e Curvelo, possuem estruturas instaladas de serviços de saúde, assistência social, educação e uma rede ampla que compõe o Sistema de Garantia de Direitos/SGD para a Infância e Adolescência e pessoas vulnerabilizadas, como idosos e aquelas com necessidades especiais. São serviços de base territorial que contam com financiamento dos três níveis de governo, sendo, portanto, oportuno e necessário fortalecê-los para que seus propósitos sejam cumpridos de forma contínua e estável.

Nesse sentido, a Assessoria Técnica atuará junto às pessoas atingidas, com vistas a mobilizar e potencializar os recursos existentes, como os conselhos de direitos – Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente e outros – para reorganização das políticas públicas e a consequente garantia de direitos. Pretende-se trabalhar na articulação da Rede de Assistência, buscando assim priorizar ações junto ao poder executivo municipal e estadual, para fortalecimento das políticas sociais básicas, no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS), dos Serviços Socioassistenciais e educação. A participação das pessoas atingidas nas instâncias de participação e controle social das políticas sociais será estimulada e priorizada, como mais um fator para o fortalecimento de suas demandas no processo de reparação integral.

Todas as estratégias para incidência política e articulação institucional no âmbito das políticas sociais serão construídas a partir de diagnósticos participativos e intersetoriais e de ações coletivas envolvendo trabalhadores, gestores e as pessoas atingidas.

Assessoria Técnica Independente buscará produzir estudos que demonstrem os impactos e os danos do rompimento da barragem nas condições de saúde e na qualidade de vida das pessoas atingidas e nos serviços públicos locais. Assim, estudos serão

⁹ Notícias disponíveis em: <http://bit.ly/mariana-1>. Acesso 09/09/2019; <http://bit.ly/mariana-2>. Acesso 06/09/2019 e <http://bit.ly/mariana-3>. Acesso 06/09/2019.

¹⁰ FMSM, 2019. Relatório técnico sobre os impactos do desastre do rompimento da barragem da Mina Córrego do feijão na saúde mental das populações dos municípios e pessoas atingidas, BH, 2019.



desenvolvidos na Área 4, um utilizará dados secundários oficiais: Estudos Epidemiológicos e Análises de Indicadores Oficiais da Saúde, da Assistência Social e Educação, o qual subsidiará a elaboração de parâmetros e critérios para o direito ao Pagamento Emergencial. Outro estudo “Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas: avaliação clínica e laboratorial”, subsidiará a construção da matriz de danos para reparação integral aos atingidos.

No âmbito das temáticas de saúde, da educação e de outras políticas sociais básicas, a Assessoria Técnica buscará convergência, complementariedade e diálogos com o Comitê Técnico Científico para ampliar e qualificar a produção de dados, mas também, contribuindo com tal parceria na redução danos de revitimização das pessoas atingidas, as quais serão bordadas e estimuladas a relatar suas perdas e sofrimento aos inúmeros atores/instituições que atuarão nos territórios atingidos.

12.1.2 CANAIS DE DIÁLOGO COM O COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO

O Instituto Guaicuy irá fomentar, junto aos atingidos, variados momentos de diálogo e de interação entre as informações geradas pelo Comitê Técnico, a assessoria técnica e diferentes outros dados secundários. A estruturação de uma dialógica forma de interação, parte do entendimento de papéis diferenciados, mas também que as diferentes instituições compõem uma complexa rede de responsabilidades e de competências, que tem, como finalidade, a construção de um processo de reparação justo a todas as pessoas atingidas. Os dados e as informações produzidos pelo Comitê Técnico serão discutidos e analisados em diferentes momentos ao longo da construção do processo de reparação, garantindo interação e diálogo com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeito de mineração da Empresa Vale S.A.

12.1.3 CANAIS DE DIÁLOGO COM O EMPREENDEDOR

As ações de articulação institucional são, principalmente, formas de diálogo entre a Assessoria Técnica, as pessoas atingidas e as diferentes instituições que atuam no território, permitindo a interlocução de ações e o encaminhamento/acompanhamento das demandas e ações externas demandadas pelos núcleos comunitários e pelas pessoas atingidas.

Dessa forma, entende-se que o diálogo com a mineradora Vale S.A. é importante e necessário para o desenvolvimento do trabalho da Assessoria Técnica Independente. Para



tanto, foram determinadas duas diretrizes para trazer coerência e garantir transparência no relacionamento com a ré, sendo elas:

- a) Todas as reuniões realizadas entre a ATI e a ré devem, obrigatoriamente, contar com a presença de pessoas atingidas;
- b) Todas as reuniões devem ter ata, lista de presença, fotos e demais formas de registro, que serão divulgadas pela ATI.

13 CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

O Instituto Guaicuy considera que a participação social autônoma das pessoas atingidas na tomada de decisão é fator preponderante para se alcançar a reparação integral dos danos e contemplar as comunidades atingidas como sujeito de direitos. O entendimento é que as comunidades são interlocutores legítimos e de direito que não podem ficar à margem dos processos decisórios. Portanto, é importante garantir que haja um espaço de inclusão para que as comunidades participem das decisões estratégicas na atuação da assessoria técnica. Dessa maneira, o Instituto Guaicuy sugere uma metodologia de instâncias participativas, decisórias e democráticas com o objetivo de garantir o empoderamento da população atingida considerando o Conselho Gestor como principal estrutura de acompanhamento.

A função do Conselho Gestor será de participar das ações da assessoria técnica. Ele será consultado periodicamente para opinar sobre o planejamento e a execução das ações, assim como, analisará relatórios e resultados das atividades. Além disso, ele também poderá sugerir mudanças que considerem necessárias para a adequação às dinâmicas sociais e territoriais. Importante destacar que qualquer alteração no plano de trabalho proposto será realizada dentro da legalidade e do compromisso com a transparência ampla para toda a sociedade.

Outro papel importante do Conselho é assegurar que o Instituto execute seu trabalho dentro de preceitos e conceitos que contemplem as comunidades e as particularidades locais. O Instituto Guaicuy será responsável por garantir os meios para que todos representantes participem das atividades propostas pelo conselho ou que venham a ser demandadas pelo Guaicuy.

Os membros do Conselho serão escolhidos pelos Núcleos Comunitários. Cada Núcleo elegerá três representantes. O Instituto acredita que com esse quantitativo, será possível que membro da Comissão das pessoas atingidas, da associação e um



representante autônomo possam ser escolhidos para compor o Conselho. Possibilita também uma representatividade, como uma composição mais diversa considerando gênero e raça como aspectos de emancipação e de percepção diferente sobre aspectos de perda das pessoas atingidas.

O Guaicuy reconhece a autonomia das comunidades e, por isso, se manifestará como assessoria, ou seja, explicará a importância da representatividade em um sentido mais amplo e facilitará o processo de escolha, mas não será o responsável pela escolha de seus membros.

13.1 Instrumento de Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e avaliação é um processo de acompanhamento continuado das atividades propostas em um plano de trabalho. A partir dele é possível identificar a realização das ações, sua qualidade e quais são as próximas atividades estratégicas a serem desenvolvidas. Conseqüentemente, o monitoramento e avaliação do projeto garantem também a produção de conteúdo para a prestação de contas à sociedade.

Por tudo isso, o Instituto Guaicuy acredita ser imprescindível uma relação que estabeleça cooperação entre todas as áreas do projeto, vinculado à coordenação, para que as atividades propostas tenham um acompanhamento sistemático, garantindo a realização do plano de trabalho formalizado junto às instituições de justiça e compromisso com todas as pessoas atingidas. Fundamental, também, para se adequar à necessidade de transparência e prestação de contas para as pessoas atingidas, assim como, para a sociedade.

A atividade dessa área é transversal e multidisciplinar. Percorre todas as ações do plano de trabalho e parte da visão sistêmica do Instituto ao entender que todas as atividades e ações propostas se somam de forma a construir uma trajetória complexa para o processo de reparação integral.

Serão construídos coletivamente os indicadores e formas de materializar o desempenho da assessoria técnica, permitindo a constante avaliação e revisão. Após a aprovação do plano de trabalho será estabelecida a matriz de indicadores e a metodologia para balizar o monitoramento e a avaliação do plano de trabalho. Isso permitirá a criação de indicadores, ferramentas de mensuração e propostas de divulgação. Cabe ressaltar que as ações serão transeitoriais e coletivas.

Vale destacar a compreensão deste diálogo permanente como um processo de monitoramento e avaliação. Ele se dá compreendendo a cadência de relações com as



pessoas atingidas. A (1) relação entre os mobilizadores e as famílias deve levantar as necessidades e compreensões no processo de reparação (incluindo aí o DFIPA), (2) levantando dados e necessidades de atuação. Estas necessidades devem ser (3) monitoradas transversalmente e tornarem-se encaminhamentos, e (4) este processo criará indicadores de atuação.

14 PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

Desde dezembro de 2019 o mundo vem acompanhando o crescente número de pessoas infectadas pelo Novo Coronavírus, causando uma doença nomeada pela OMS como COVID-19. Por ser uma doença transmissível e altamente contagiosa, a COVID-19 vem contaminando centenas de milhares de pessoas em diversos países, tendo sido classificada como uma pandemia pela OMS em março de 2020.

A transmissão acontece por meio de pequenas gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando uma pessoa com COVID-19 tosse ou espirra - ou até mesmo fala e respira. Essas gotículas podem pousar em objetos e superfícies ao redor da pessoa – como mesas ou celulares. Ao tocar esses objetos contaminados e em seguida tocar olhos, nariz ou boca, o vírus pode ser transmitido. Como a transmissão se dá pelo contato com gotículas provenientes da secreção de infectados, invisíveis aos olhos, as melhores formas de se prevenir de contrair a doença é com uma lavagem adequada das mãos com água e sabão, o uso da máscara caseira e o distanciamento social.

Quando analisamos os dados do Brasil, é possível verificar que a curva está em franca ascensão. Estudo do Imperial College, renomada instituição de pesquisa do Reino Unido, estima que cada brasileiro com COVID-19 infecte de 2 a 3 outros. Dados da Fiocruz mostram que estamos em regime de duplicação do número de casos a cada 5 dias. Importante lembrar a realidade da subnotificação, isto é, a ocorrência de vários casos de contágio e inclusive de óbitos que não se confirmam pela dificuldade de se aplicarem testes a todos os suspeitos no tempo certo. Dessa forma, os dados disponíveis devem ser analisados com ainda mais cautela.

A situação de Minas Gerais no momento ainda é de relativo controle 15.703 casos e 376 óbitos confirmados (dados da Secretaria Estadual de Saúde SES-MG, do dia 07/06/2020). A distribuição no estado também é muito heterogênea, havendo cidades onde não existem casos confirmados. Entretanto, apesar do quantitativos de casos neste momento não ser tão alarmante quanto outros estados do Sudeste, há indicações claras de que não é o momento ideal para iniciar a flexibilização do isolamento.



Desde março, registra-se a ocorrência de casos de COVID-19, que passa a crescer de forma acentuada a partir da segunda metade de abril, quando começa a interiorização da epidemia no Estado. Em 6 de abril de 2020, cerca de 50% dos 525 de casos e 56% dos óbitos confirmados em Minas Gerais eram procedentes de cidades do interior. Em 6 de maio, 67% dos 2.508 casos e 76% dos óbitos confirmados no Estado por COVID-19 ocorreram nos municípios do interior. Segundo o último Boletim Epidemiológico, da Secretaria Estadual de Saúde, dos 853 municípios do Estado, 263 têm casos confirmados e 65 com óbitos por COVID-19 (Minas Gerais. Boletim Epidemiológico de 13/05/20).

Considerando que ainda não existe uma vacina para prevenir a contaminação e nenhum tratamento comprovado para o COVID-19, a principal estratégia com evidência de eficácia é o distanciamento social. Por se tratar de vírus com potencial letal e de alta transmissibilidade, caso todos contraíssem a doença simultaneamente, não haveria leitos hospitalares e equipamentos de apoio suficientes para todos os casos graves, ou seja, pacientes morreriam talvez não pela sua gravidade, mas sim pela falta de assistência à saúde. Uma sobrecarga eventual do sistema comprometeria inclusive a capacidade de hospitais e outros serviços de saúde em dar atenção a pacientes com outras doenças, com impactos em cadeia extremamente graves.

Todas as decisões a serem tomadas no âmbito da atuação em campo das ATIs devem levar em conta o contexto da pandemia e, por isso, é essencial que estejam baseadas em um conhecimento científico atualizado e rigoroso, nos dados epidemiológicos e nas normativas dos governos, especialmente do estado e dos municípios. Toda a proposta metodológica das ATIs está baseada em uma abordagem participativa, envolvendo atividades coletivas *in loco*, como reuniões e assembleias presenciais. Quando os projetos foram elaborados e aprovados, não existia ainda a ameaça do coronavírus e os projetos e seus respectivos planejamentos não precisavam de contar com sua presença na área. A situação de agora é distinta. Assim, pelo menos, a curto prazo (6 meses) não será possível a realização de reuniões que aglomerem pessoas. Isto traz impactos significativos e cria um grande desafio para a atuação das ATIs nos territórios.

É importante compreender que a prioridade no momento é proteger as comunidades e pessoas atingidas, que se encontram, neste momento de pandemia, mais vulneráveis do que nunca. Visitas de campo devem ser restringidas àquilo que for absolutamente essencial e devem respeitar um conjunto de regras de proteção de trabalhadores e das comunidades.

Considerando esse contexto, as ações apresentadas anteriormente no Plano podem sofrer alterações para o cenário de pandemia. Para tanto, tem-se discutido a execução de um plano híbrido, onde se haverá a execução das atividades propostas tanto com ações *in loco* quanto com ações remotas.



Com base nos fatos apresentados, as Assessorias Técnicas Independentes das cinco regiões atingidas, em trabalhos desenvolvidos com a Coordenação Metodológica Finalística e com as Instituições de Justiça, elaboraram um conjunto de propostas imediatas, intitulado “PROPOSTAS PARA UM PLANO EMERGENCIAL COVID-19 PARA OS TERRITÓRIOS ATINGIDOS”, que será apresentado a seguir:

14.1 Protocolo de atuação junto às comunidades atingidas frente à COVID-19

Elaboração de um protocolo de trabalho de campo, junto às comunidades atingidas, a ser seguido pelas Assessorias Técnicas Independentes, Coordenação Metodológica Finalística e Instituições de Justiça. Esse protocolo deve seguir as orientações das autoridades de saúde e ter em vista os seguintes tipos de atividades:

- a) Visitas familiares;
- b) Atendimentos individuais;
- c) Reuniões com pequenos grupos;
- d) Reuniões ampliadas;
- e) Assembleias

Esse protocolo deve considerar aspectos importantes como:

- a) Distanciamento entre as pessoas;
- b) Uso de máscaras;
- c) Uso de álcool em gel e outros cuidados sanitários.

Plano de contingência da Vale: Há relatos de pessoas atingidas da área 4 que a Vale estaria em campo sem tomar precauções sanitárias no contato com os atingidos. No site da ré está escrito que “profissionais de Relacionamento com Comunidade foram interrompidos, como forma de manter o isolamento social. Os atendimentos continuam sendo realizados, majoritariamente de forma remota - por telefone ou via online -, mas também presencialmente, em situações de necessidade” (vale.com.br, consulta em 11/06/20).

Proposta: As Instituições de Justiça solicitarem informações sobre o plano de contingência da empresa e, avaliar sua adequação às determinações das autoridades de saúde.



14.2 Comunicação e mobilização

Essas propostas visam facilitar, nesse momento de distanciamento social, o contato e a mobilização das comunidades atingidas, considerando que as instituições envolvidas devem dar continuidade aos seus trabalhos em campo.

a) Aspectos tecnológicos

Buscam responder às dificuldades tecnológicas de contato com as comunidades e retirar delas o ônus do custo dessa comunicação à distância:

- Assegurar o acesso à Internet pelas populações atingidas através da criação de telecentros comunitários.
- “Antenas livres” e mais antenas: ampliação do acesso das comunidades atingidas, em especial as que se encontram em áreas rurais, com a instalação de mais antenas nas suas proximidades e com a liberação dos custos de comunicação assumidos pela Vale.
- Criação de um aplicativo (“Conexão Atingido”) para favorecer a comunicação com as comunidades atingidas. A conexão do perfil do atingido e das ATIs com a rede para utilizar o aplicativo deverá ser custeada pela Vale.
- Disponibilizar ferramentas de comunicação (smartphones, tablets e outras) para as lideranças dos atingidos.
- Rever as rubricas dos Planos de trabalho das ATIs e Coordenação Metodológica no que se refere a custos com transportes para sua utilização em itens de comunicação à distância.

b) Aspectos metodológicos

Metodologia compartilhada: construir uma metodologia compartilhada para orientação das ATIs no seu trabalho de campo, visando assegurar a participação das comunidades atingidas, incluindo:

- **Envio de informações às comunidades atingidas através de:**
 - 1) Podcasts para as rádios locais, que são mais ouvidas;
 - 2) Vídeos curtos para envio através de WhatsApp e outros meios;
 - 3) Cartilhas eletrônicas;
 - 4) Material impresso através dos Correios.



Dois temas, pela sua importância imediata, poderiam ser assim trabalhados: a questão da quesitação e a construção de critérios para a continuidade do recebimento de auxílio emergencial.

- **Participação das comunidades atingidas nas decisões, através de:**
 - 1) Contatos individualizados com lideranças por ligação telefônica ou vídeochamadas.
 - 2) Reuniões com núcleos locais, por meio remoto.
 - 3) Votações eletrônicas, realizadas após o envio de material informativo e debate local presencial, em pequenos grupos, e virtual, para públicos maiores.

14.3 Situação socioeconômica

A crise provocada pela COVID-19 veio agravar a situação socioeconômica das comunidades atingidas, já abalada pelos danos provocados com o rompimento da barragem da Vale. Assim, torna-se urgente realizar ações que possam minimizar essa situação, sendo sugeridas as seguintes propostas:

- **Auxílio financeiro emergencial:** “flexibilizar os meios de comprovação de atendimento ao critério (exemplo, aval social), da mesma forma que se pratica com relação a contextos urbanos, por exemplo”.
- Distribuição de Cesta Básica e Kit Higiênico.
- Orientação às comunidades atingidas para acessar recursos públicos disponibilizados na crise.
- Apoio às iniciativas locais de geração de renda, como a produção de máscaras, alimentos para a cesta básica, etc.

14.4 Água e saneamento

A higiene das mãos e do corpo, como um todo, é uma das principais medidas preventivas para o enfrentamento da COVID-19, no entanto, a qualidade da água do Rio Paraopeba e alguns de seus afluentes ficou comprometida após o rompimento da barragem da Vale, gerando, nesse aspecto, uma série de danos para as comunidades atingidas. Nesse sentido, foram formuladas algumas propostas:

- Mapeamento atualizado das situações mais críticas, por território, no que se refere a esse aspecto.
- “Mudança do processo de distribuição de água, para que passe a adotar o uso de GPS identificando locais, pessoas, datas dos abastecimentos para garantir a



disponibilidade de água, de forma a realizar prestação de contas do serviço, tornando mais transparente o processo como um todo”.

- “**Disque Água:** para que pessoas que não atendidas pelo serviço, possam cobrar e notificar, de forma que as ATIs possam acompanhar e auxiliar no processo”.

14.5 Serviços de saúde

A COVID-19 tem como um dos seus principais gargalos a sobrecarga dos serviços de saúde. Nesse sentido, foram apresentadas as seguintes propostas:

a) Contatos com os serviços de saúde locais e as secretarias municipais de saúde: para obter mais informações sobre suas dificuldades na situação atual de COVID-19, mapeando o número de casos, óbitos, etc.

b) Recursos Humanos:

- Agentes Comunitários de Saúde: ampliação do número para cobertura de todos os territórios, para ações de busca ativa de sintomáticos de COVID-19 e outros agravos e vigilância aos grupos de riscos;
- Médico e enfermeiro na ESF: contratação para reforço dos serviços de saúde.
- Proteção ao Trabalhador da Saúde: EPIs para os trabalhadores de saúde.

c) Recursos técnicos:

- Além do reforço das equipes de saúde, seria necessário que a Vale disponibilizasse respiradores e leitos para as cidades-polo das cinco regiões.
- Dispensação de medicamentos e insumos: para doentes crônicos.
- Insumos para diagnóstico da doença COVID-19: material indicado para testagem esteja disponível nos centros secundários e terciários.
- Referência assistencial para a Rede Secundária e Terciária: conhecer o Fluxograma para de casos de maior gravidade, com suporte do Transporte Sanitário para atender as comunidades atingidas.

d) Recursos de informação e formação:

- Boletins Epidemiológicos Semanais: a serem disponibilizados, pelas secretarias municipais de saúde, para as ATIs.
- Realização de treinamentos e capacitações dos profissionais das ATIs, sendo que os centros de Ensino e Pesquisa e a Secretaria Estadual de Saúde estão disponibilizando cursos e treinamentos rápidos por via remota.



- Capacitação de lideranças comunitárias e Conselheiros Municipais de Saúde e campanhas de saúde voltadas para as comunidades atingidas.

14.6 Assistência social

- a) Contato com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Assistência Social (CREAS) e as secretarias municipais dessa área para obter mais informações sobre suas dificuldades na situação atual de COVID-19 e como estão sendo realizadas as suas atividades para melhor informar às comunidades atingidas.
- b) “Fortalecimento das ações dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), com *Equipes Volantes para atendimento às comunidades rurais*”;
- c) “**Vigilância socioassistencial**”: Manter serviço de prevenção da **violência contra a mulher e da criança e adolescente** nos territórios atingidos, através da disponibilidade de telefone e do número de WhatsApp 24 horas por dia”.

15 INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, GESTÃO DE PESSOAS E ORÇAMENTO

15.1 Infraestrutura

A infraestrutura operacional da área 4 contará com uma sede administrativa em Belo Horizonte, uma sede regional em Cachoeira do Choro e uma unidade móvel, conforme a descrição a seguir.

15.1.1 SEDE REGIONAL: CASA DE ACOLHIMENTO EM CACHOEIRA DO CHORO

Para o desenvolvimento de um trabalho fluido e eficiente para as pessoas atingidas, faz-se necessário uma base fixa na área rural que facilite a coordenação das atividades no âmbito regional. Esta estrutura servirá primeiramente como Casa de Acolhimento das comunidades de Cachoeira do Choro, mas também como um ponto de referência da Assessoria Técnica para as comunidades e um suporte permanente para a equipe



multidisciplinar. Para tal é preciso estruturar uma sede regional e um sistema de transporte que possibilite a circulação e atuação da equipe.

15.1.2 UNIDADE MÓVEL DE ACOLHIMENTO DO INSTITUTO GUAICUY

Haverá ainda uma unidade móvel, que prestará serviço itinerante de acolhimento e acompanhamento dos atingidos, realizado por equipe multidisciplinar. A Unidade Móvel é importante para o trabalho nas comunidades que não possuem infraestrutura básica para atendimento e acolhimento. A ideia é que o veículo circule entre as comunidades, onde as populações não são concentradas, com trajetos longos entre uma moradia e outra. Uma vez por semana, a Unidade Móvel realizará atendimento em um lugar diferente, contemplando semanalmente o acolhimento em todas as comunidades.

A figura a seguir apresenta um modelo de veículo adaptado sugerido, sendo uma imagem meramente ilustrativa.

Figura 15 - Modelo proposto Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.



15.1.3 SEDE ADMINISTRATIVA EM BELO HORIZONTE

A sede do Instituto Guaicuy será em Belo Horizonte, onde ocorrerá a gestão administrativa da Assessoria Técnica Independente.

15.2 Logística

A Área 4 encontra-se no trecho do rio Paraopeba entre as cidades de Pompéu e Curvelo. Neste trecho foram identificadas, pelas Instituições de Justiça, seis comunidades que, conforme já apresentado neste Plano de Trabalho, afirmam a predominância do ambiente rural e a proximidade de todas as comunidades com o rio Paraopeba.

Conforme levantamento, os trajetos da Área 4 são compostos de estradas de terra acidentadas. E com distâncias longas entre uma comunidade e outra, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 7 - Distâncias entre as comunidades e entre as sedes de Pompéu, Curvelo e Belo Horizonte

	Belo Horizonte	Pompéu	Curvelo			
Queima Fogo	164 km - 2h50	45 km - 1h	100 km - 1h50			
Baú	175 km - 3h05	57km 1h10m	106 km - 2h			
Recanto do Laranjo	175 km - 2h30	53 km - 1h40	72 km - 1h			
Cachoeira do Choro	157 km - 2h20	73 km - 1h15	90 km - 1h25			
Angueretá	136 km - 2h	51 km - 50m	69 km - 1h05			
Encontro das Águas	146 km - 2h10	52 km - 1h	80 km - 1h15			
	Queima Fogo	Baú	Recanto do Laranjo	Cachoeira do Choro	Angueretá	Encontro das Águas
Queima Fogo		10 km - 17m	38 km - 1h05	56 km - 1h15	42 km - 1h05	53 km - 1h15m
Baú	10 km - 17m		37 km - 1h10	74km - 1h40	44 km - 1h05	63 km - 1h35m
Recanto do Laranjo	38 km - 1h05	37 km - 1h10		38 km - 51m	44 km - 50m	39 km - 50m
Cachoeira do Choro	56 km - 1h15	74km - 1h40	38 km - 55m		26 km - 40m	13 km - 25m
Angueretá	42 km - 1h05	44 km - 1h05	44 km - 55m	27 km - 45m		16 km - 30m
Encontro das Águas	53 km - 1h15m	63 km - 1h35m	39 km - 50m	13 km - 30m	16 km - 30m	
	Belo Horizonte	Pompéu	Curvelo			
Belo Horizonte			172 km - 2h30			
Pompéu	175 km - 2h30		107 km - 1h30			
Curvelo	172 km - 2h30	107 km - 1h30				

Observada a precariedade das rotas, é possível afirmar que o serviço comum de aluguel de carros seria oneroso, levando em conta as altas taxas de lavagem e pequenas avarias (arranhões, poeira no motor, etc.) cobradas pelas locadoras.

A compra de automóveis também seria onerosa, visto a despesa com serviços (seguro, manutenção, etc.) e impostos (IPVA e outros) necessários aos veículos, além do possível aumento de pessoal para administrar tais demandas.



Opta-se então pelo serviço de terceirização de frotas, no qual a empresa prestadora compra os veículos e oferece uma rede de serviços (seguro total, IPVA, carro reserva, atendimento 24 horas, manutenções e revisões, rastreamento, etc.) compatíveis com o trabalho que será desenvolvido.

É importante observar que a escolha pelos carros de sete lugares e com proteção off-road diminui consideravelmente o volume da frota e proporciona eficiência ao trabalho em equipe. Há também a previsão de uma pick-up de tração 4x4, essencial para os deslocamentos da equipe ambiental permanente.

15.3 Gestão de pessoas

A equipe multidisciplinar do Instituto Guaicuy será contratada para atuar durante a execução do Plano de Trabalho, tendo parte dos profissionais lotados no escritório de Belo Horizonte e parte no escritório de Cachoeira do Choro. O quadro a seguir descreve a equipe a ser contratada pelo Instituto Guaicuy. Os profissionais foram agrupados por função, lotação e hierarquia.



Quadro 8 - Proposta de formação da equipe do Instituto Guaicuy

DESCRIÇÃO EQUIPE			
Área	Quant.	Descrição dos Cargos	Atribuição
Gestão	1	Coordenador Geral	Coordenação geral da Assessoria.
Gestão	6	Coordenador Temático	Coordenação das equipes temáticas.
Gestão	1	Coordenador de Campo	Coordenar equipe de campo e mediação de conflitos.
Gestão	1	Gerente Regional	Coordenação administrativa da sede regional.
Técnica/Gestão	20	Analista Sênior	Suporte geral às coordenações temáticas.
Técnica	50	Analista Pleno	Execução das atividades de campo, comunicação e/ou gestão.
Administrativo/Técnica	15	Analista Junior	Execução de funções administrativas e apoio às coordenações temáticas.
Produção executiva	4	Produtor de infraestrutura	Apoio à produção executiva.
Administrativo	3	Auxiliar Administrativo	Apoio na execução das atividades administrativas.
Manutenção	2	Auxiliar de Serviços Gerais	Limpeza e manutenção dos escritórios.
Operacional	8	Motorista	Realizar o transporte de pessoas e materiais.
Técnica	8	Estagiário de Graduação	Apoio às atividades da Assessoria e sistematização de dados.
Total	119	-	-

O quadro a seguir apresenta um detalhamento dos profissionais que irão compor a equipe do Instituto Guaicuy, a partir do agrupamento apresentado no quadro anterior.



Quadro 9 - Detalhamento da equipe do Instituto Guaicuy

DETALHAMENTO DA EQUIPE		
Cargo	Quant.	Profissional
Coordenadores Gerais	1	Coordenador Geral
Coordenadores Temáticos	6	Coordenador Temático
Coordenador de Campo	1	Coordenador de Campo
Gerente Regional	1	Gerente Regional
Analista Sênior	3	Assessor de Análise Ambiental
	3	Assessor da Gestão Executiva
	2	Assessor de Logística
	6	Assessor de Mobilização Social
	3	Assessor do Desenvolvimento Agrário
	3	Assessor Jurídico
Analista Pleno	6	Advogado Popular
	6	Comunicador Popular
	6	Profissional das Ciências Agrárias
	6	Assistente Social
	6	Profissional da Saúde Pública
	6	Psicóloga Social
	7	Técnico de Comunicação Social
	7	Técnico de Análise Ambiental
Analista Junior	2	Analista de Redes
	4	Analista de Recursos Humanos
	3	Analista de Apoio às Coordenações Temáticas
	4	Analista de Compras
	2	Analista de Patrimônio
Produtor de Infraestrutura	4	Produtor de Infraestrutura
Auxiliares Administrativos	1	Aux. Administrativo - Escritório Belo Horizonte
	2	Aux. Administrativo - Escritório Cachoeira do Choro
Auxiliares de Serviços Gerais	1	Aux. Serviços gerais - Escritório Belo Horizonte
	1	Aux. Serviços gerais - Escritório Cachoeira do Choro
Motoristas	8	Motorista
Estagiários de Graduação	8	Estagiário de Graduação
Total	119	-



15.4 Consultorias especializadas

As consultorias especializadas terão o objetivo de produzir dados que transmitam segurança à população atingida e ao mesmo tempo subsidiem a reparação. Foram recorrentes depoimentos sobre animais mortos, poços artesianos localizados em áreas próximas ao rio, dúvidas sobre qualidade da água do rio e a possibilidade de utilizá-la para devidos fins. Além disso, a pergunta mais frequente é “teremos o Rio de volta?”. É papel da Assessoria Técnica Independente confrontar e validar dados, no intuito de oferecer informações que transmitam segurança à população. De acordo com as questões levantadas, o quadro a seguir sintetiza as consultorias especializadas que serão contratadas para a adequada prestação de assessoria independente aos atingidos pelo desastre provocado pelo rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV A da mineradora Vale S.A.

Quadro 10 - Consultorias técnicas especializadas por tipo e objetivo

Discriminação	Objetivos
Análise de água para usos humanos	Análise de água para padrões de potabilidade, considerando as metodologias e normas específicas brasileiras.
Análise da qualidade de produtos de origem animal	Permite avaliar se os produtos derivados de animais estão contaminados (ou não), podendo trazer riscos para os consumidores.
Análise de água para avaliação ambiental (CONAMA 357)	Análise laboratorial para percepção da alteração de parâmetros de qualidade ao longo do tempo e seus impactos para a dinâmica ambiental e ecológica.
Análise de sedimentos	Análise laboratorial de presença e concentração de metais adsorvidos aos sedimentos e seus impactos para o sistema ecológico e dinâmica fluvial do curso d'água.
Análise de solo	Análise laboratorial para dimensionamento de fertilidade e classificação de características dos solos
Análise laboratorial de amostras animais suspeitos de contaminação	Finalidade de determinar a <i>causa mortis</i> quando sob suspeita de contaminação
Emissão de pareceres e relatórios específicos de análise ambiental	Consultoria ambiental para análises complementares, emissão de pareceres e relatórios específicos ao longo do projeto.
DFIPA I	Levantamento de informações básicas das famílias para sistematizar as primeiras leituras sobre os danos percebidos pelas unidades familiares, e também oportunizar uma leitura de como esses diferentes danos se manifestam no contexto regional da Área 4. Essa etapa é essencial para a caracterização de tipologias e formas com que as diferentes pessoas e comunidades foram atingidas.
DFIPA II	Entender de forma mais profunda e qualificada as múltiplas dimensões do dano, a partir da realidade de cada núcleo familiar. Essa segunda etapa pode ser dividida em mais de um encontro.
Biomonitoramento e análise de ictiofauna	Análise laboratorial toxicológica para aferição de possível contaminação em ictiofauna e no sistema ecológico fluvial.
Estudos Econômicos	Estudos de avaliação dos impactos econômicos



Discriminação	Objetivos
Diagnóstico clínico e veterinário (casos sintomáticos e de alto risco)	Diagnóstico por amostragem. Avaliar a condição de saúde e alterações fisiológicas que possam ocorrer em virtude de contaminação. O atendimento clínico objetiva avaliar a condição de animais que apresentem sintomatologia clínica compatível com intoxicação e diagnóstico
Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas (Análise Clínica e Toxicológica)	Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas.
Diagnóstico de Comportamento do Mercado Imobiliário (anterior e futuro)	Elaboração de estudo acerca das condições do mercado imobiliário local, através de amostragem dos valores praticados anteriormente ao desastre, a identificação e delimitação do impacto havido em função do mesmo, e o apontamento da depreciação ao patrimônio dos atingidos. Determinação das séries históricas de comportamento do mercado até o desastre e a projeção da série decenal, vintenal e trintenar futuras, para fins de mensuração dos impactos prováveis ao mercado futuro na valorização do patrimônio imobiliário dos atingidos. Determinação estimada do deságio futuro médio de depreciação ao patrimônio dos atingidos.
Diagnóstico Fundiário das Comunidades	Produção de estudo diagnóstico das características fundiárias das comunidades atendidas, apontando soluções globais ou individuais para a questão da regularização fundiária como alternativa de compensação aos danos sofridos pela depreciação dos valores venais dos imóveis decorrentes do evento criminoso. O estudo deverá contar, dentre outros parâmetros, com análise de cadeia dominial trintenária, certificado de cadastro do imóvel rural, (CCIR), cadastro ambiental rural (CAR), cadastro de imóveis rurais (CAFIR), declaração de cadastro rural (DCR), sistema de gestão fundiária (SIGEF), bem como dos feitos possessórios e petitórios existentes cujo objeto sejam imóveis sobre cuja posse e/ou propriedade recaiam litígios cuja resolução pacifique socialmente o ambiente agrário das comunidades atingidas e agregue valor ao patrimônio da população atingida.
Direito e Garantias Constitucionais dos Atingidos	Produzir estudo acerca das normas positivas brasileiras, doutrina e jurisprudência, afetas aos direitos e garantias fundamentais potencialmente afetados pelo evento criminoso. Produzir cartilha em linguagem popular apresentando os resultados do estudo, categorizando as dimensões, sentidos e extensão de atingimento possíveis, e sua interrelação com as categorias possíveis de serem tuteladas pelas ações civis públicas (ACPs) quais sejam os individuais homogêneos, coletivos e difusos. Explicar o que é uma ACP, o funcionamento básico de um procedimento judicial, do juízo e da jurisdição, o papel dos autores e sua condição de substitutos processuais, o papel dos amicus curiae, do comitê técnico, e por fim o papel e a correlação das assessorias técnicas independentes com os titulares do direito postulado.
Estudo Comparado de Direitos Subjetivos para Reparação de Danos em Grandes Desastres	Realização de pesquisa e estudo normativo, jurisprudencial e doutrinário para emissão de parecer acerca da possibilidade de reparação dos danos morais decorrentes da inviabilização de modos de vida, planos e construções coletivas, expectativas de acontecimentos frustrados, sonhos e projetos de vida interrompidos cujo evento criminoso guarde nexos causal com seu cancelamento. Conceito de reparação integral. Precedentes no direito brasileiro e internacional. Cases de sucesso no enfrentamento jurídico à impunidade e formulação de propostas para o caso concreto.



Discriminação	Objetivos
Estudos Epidemiológicos e Análise dos Indicadores Oficiais	Coleta, sistematização, análise e emissão de relatórios epidemiológicos periódicos. Proposição de modelos de monitoramento epidemiológico e de ações preventivas e de promoção de saúde.
Georreferenciamento da Totalidade dos Imóveis Rurais	Prestação de serviços através de contratação de empresa especializada na prestação de serviços topográficos, tais como medição, demarcação, inclusive com abertura de picadas quando necessário, utilização de sensoriamento remoto para implantação de vértices virtuais, implantação de marcos de orientação, confecção de plantas, memoriais descritivos, planilha de dados georreferenciados, conforme termo de referência ancorado nas normas técnicas de georreferenciamento de imóveis rurais vigentes, com vistas a delimitação das confrontações de posses e propriedades indenizáveis.
Monitoramento e Avaliação	No final de cada ano, consultoria para revisão do instrumental, oferecendo um suporte para a revisão estratégica do Monitoramento e Avaliação
Valoração de perda de produção animal e agricultura	Levantar e mensurar os impactos aos agricultores familiares, fazendeiros e demais unidades produtivas.

15.5 Orçamento

Para o adequado desenvolvimento do Plano de Trabalho, considerando as distâncias e o baixo adensamento populacional, foi previsto as necessidades de infraestrutura e logística. Importante explicitar que os custos foram estimados em consideração a participação informada nos processos reparatórios, com ampliação da capilaridade, função prioritária das ATIs e estabelecida pelas IJs. Algumas regiões da Área 4, como por exemplo as Fazendinhas Baú, possui 60 famílias que ocupam a extensão de 25 km de uma estrada, sendo essa sem pavimento e iluminação. Desta forma, promover a participação informada nesta região não custará o mesmo que promovê-la em uma rua de 300 m ocupada por 60 famílias. As implicações disso são em custos proporcionais, que devem prever recursos humanos, logística e infraestrutura suficiente para viabilizar os resultados no contexto desta realidade apresentada. Apenas estes dispêndios representam mais de 60% do orçamento.

Considerando a decisão do juízo de fixar o valor de 48 milhões para ser distribuído entre todas as ATIs para a execução das atividades do primeiro semestre, apresentamos a seguir, o detalhamento do orçamento para os primeiros seis meses de trabalho do Instituto Guaicuy para a Área 4.



Quadro 11 - Orçamento Global 1º Semestre

QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO 1º SEMESTRE					
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Percentual %
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS				30.852,00	
1.1. Reuniões Núcleos Comunitário	Und.	18	1.714	30.852,00	0,59%
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS				1.502.599,86	
Contratação de Consultorias Especializadas para implantação dos projetos	Und.	3	500.866,62	1.502.599,86	28,57%
3 - RECURSOS HUMANOS				1.661.695,01	
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Mês	6	276.949,17	1.661.695,01	31,59%
4 - CUSTEIO e INFRAESTRUTURA				1.646.392,71	
4.1 - Custo Operacional	Mês	6	133.628,26	801.769,56	15,24%
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	Und.	6	140.770,53	844.623,15	16,06%
5- COMUNICAÇÃO				120.455,80	
Produção e veiculação da informação	Unid.	6	20.075,97	120.455,80	2,29%
6 - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO				297.719,72	
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	%	6	49.619,95	297.719,72	5,66%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA O PROJETO - 1º Semestre				5.259.715,11	100,00%

Dados - Áreas 4		
CUSTO TOTAL DIVIDO PELO Nº DE ATINGIDOS (estimado) em R\$	915,69	CARACTERÍSTICA TERRITÓRIO
NÚMERO ATINGIDOS (estimado)	5.744	O território possui 6 comissões de atingidos, sendo representantes de 9 comunidades rurais dos municípios de Pompeu e Curvelo. A distância entre estas áreas rurais e as sedes das cidades varia entre 53 km e 106 km. As comunidades possuem distâncias consideráveis entre as mesmas, que vão de 37km até 74km. A partir da extensão territorial significativa em relação às demais áreas de atingidos da bacia do rio Paraopeba, é importante considerar que a área 4 possui um adensamento populacional muito baixo, com moradias que chegam a ter 2 km de distância entre as mesmas. Todos esses trajetos são percorridos em estradas de terra, sem iluminação e sinalização, o que implica em necessidades logísticas e de recursos humanos para o trabalho ter capilaridade e evitar a exclusão de famílias do processo. Além disso, as comunidades não têm opções de serviços como hospedagem, alimentação e rede de telefone, o que demanda da assessoria viabilizar muitos serviços essenciais para garantir a presença dos trabalhadores no campo.
MUNICÍPIOS	2	
HABITANTES	111.941	
EXTENSÃO TERRITÓRIO (km²)	5.847,47	
Nº SEDES	2	
EQUIPE GESTÃO	24	
EQUIPE DE CAMPO	30	
EQUIPE TOTAL	54	
PRODUTOS - CONSULTORIA (Nº)	2	
1 Técnico(geral) /Atingido	106,37	
1 Técnico de campo/atingido	191,47	
1 Técnico(geral) /Área (km²)	108,29	
1 Técnico de campo/Área (km²)	194,92	



Quadro 12 - Atividades e Metodologias Participativas 1º Semestre

Metodologias Participativas - Mobilização Social				
Composição de Custos Unitários - 1º SEMESTRE				
1. Reuniões Núcleos Comunitários				
Quantidade	18			
Número de Participantes	10			
Tempo	4 Horas			
Descrição	Medida	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Água	Litro	20	0,70	14,00
Alimentação	Unidade	10	10,00	100,00
EPI (Pandemia)	Unidade	10	25,00	250,00
Instrutor / Facilitador	Horas	16	75,00	1.200,00
Material Suporte	Unidade	10	15,00	150,00
Custo Unitário Total (R\$)				1.714,00
Custo Total das Reuniões dos Núcleos (R\$)				30.852,00

Em relação aos recursos humanos, os valores previstos sobre cada item deste orçamento serão fixos durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de execução inicial da assessoria técnica. Após este período, os valores serão reajustados anualmente por meio de comunicação formal da entidade às Instituições de Justiça e a entidade responsável pela coordenação finalística/metodológica, observando-se para o reajuste o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) do IBGE, assim como a necessidade de atendimento à legislação trabalhista, inclusive acordos, dissídios e convenções coletivas de trabalho.



Quadro 13 - Recursos Humanos – 1º semestre

RECURSOS HUMANOS - 1º SEMESTRE					
Equipe - Recursos Humanos - Mês 1					
67,17%					
Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$
Analista Júnior	2	133,23	89,49	30,00	505,44
Analista Pleno	1	155,43	104,40	30,00	289,83
Coordenador Geral	1	366,67	246,29	30,00	642,96
Coordenadores Temáticos	6	300,00	201,51	30,00	3.189,06
Total	10				4.627,30

Equipe - Recursos Humanos - Mês 2					
Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$
Analista Júnior	2	4.000,00	2.686,80	465,00	14.303,60
Analista Pleno	1	4.660,00	3.130,12	465,00	8.255,12
Coordenador Geral	1	11.000,00	7.388,70	465,00	18.853,70
Coordenadores Temáticos	6	9.000,00	6.045,30	465,00	93.061,80
Estagiários (Graduação)	1	366,00		25,00	391,00
Total	11				134.865,22

Equipe - Recursos Humanos - Mês 3					
Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$
Analista Júnior	6	4.000,00	2.686,80	465,00	42.910,80
Analista Pleno	2	4.660,00	3.130,12	465,00	16.510,24
Analista Sênior	7	6.000,00	4.030,20	465,00	73.466,40
Coordenador de Campo	1	9.000,00	6.045,30	465,00	15.510,30
Coordenador Geral	1	11.000,00	7.388,70	465,00	18.853,70
Coordenadores Temáticos	6	9.000,00	6.045,30	465,00	93.061,80
Estagiários (Graduação)	3	1.100,00		25,00	3.375,00
Produtor de Infraestrutura	1	1.900,00	1.276,23	601,00	3.777,23
Total	27				267.465,47



Equipe - Recursos Humanos - Mês 4

Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$
Analista Júnior	6	4.000,00	2.686,80	875,00	45.370,80
Analista Pleno	2	4.660,00	3.130,12	835,40	17.251,04
Analista Sênior	7	6.000,00	4.030,20	815,00	75.916,40
Coordenador de Campo	1	9.000,00	6.045,30	815,00	15.860,30
Coordenador Geral	1	11.000,00	7.388,70	815,00	19.203,70
Coordenadores Temáticos	6	9.000,00	6.045,30	815,00	95.161,80
Estagiários (Graduação)	3	1.100,00		205,00	3.915,00
Produtor de Infraestrutura	1	1.900,00	1.276,23	951,00	4.127,23
Total	27				276.806,27

Equipe - Recursos Humanos - Mês 5

Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$
Analista Junior	6	4.000,00	2.686,80	875,00	45.370,80
Analista Pleno	22	4.660,00	3.130,12	835,40	189.761,48
Analista Sênior	7	6.000,00	4.030,20	815,00	75.916,40
Auxiliar Administrativo	1	1.900,00	1.276,23	951,00	4.127,23
Auxiliar Serviços Gerais	1	1.600,00	1.074,72	1.001,00	3.675,72
Coordenador de Campo	1	9.000,00	6.045,30	815,00	15.860,30
Coordenador Geral	1	11.000,00	7.388,70	815,00	19.203,70
Coordenador Temático	6	9.000,00	6.045,30	815,00	95.161,80
Estagiários (Graduação)	3	1.100,00		205,00	3.915,00
Gerente Regional	1	5.000,00	3.358,50	815,00	9.173,50
Motorista	4	2.825,00	1.897,55	945,50	22.672,21
Produtor de Infraestrutura	1	1.900,00	1.276,23	951,00	4.127,23
Total	54				488.965,37



Equipe - Recursos Humanos - Mês 6

Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$
Analista Junior	6	4.000,00	2.686,80	875,00	45.370,80
Analista Pleno	22	4.660,00	3.130,12	835,40	189.761,48
Analista Sênior	7	6.000,00	4.030,20	815,00	75.916,40
Auxiliar Administrativo	1	1.900,00	1.276,23	951,00	4.127,23
Auxiliar Serviços Gerais	1	1.600,00	1.074,72	1.001,00	3.675,72
Coordenador de Campo	1	9.000,00	6.045,30	815,00	15.860,30
Coordenador Geral	1	11.000,00	7.388,70	815,00	19.203,70
Coordenador Temático	6	9.000,00	6.045,30	815,00	95.161,80
Estagiários (Graduação)	3	1.100,00		205,00	3.915,00
Gerente Regional	1	5.000,00	3.358,50	815,00	9.173,50
Motorista	4	2.825,00	1.897,55	945,50	22.672,21
Produtor de Infraestrutura	1	1.900,00	1.276,23	951,00	4.127,23
Total	54				488.965,37

TOTAL 1º SEMESTRE:

1.661.695,01

Encargos Folha	
13º Salario	8,33%
Despesas Extras (atestados; licenças, outros)	1,00%
Férias+ 1/3	11,11%
FGTS	8,00%
FGTS Rescisório	4,00%
INSS 13º + Férias	7,93%
INSS Patronal	20,00%
INSS Terceiros	5,80%
Pis s/ Folha	1,00%
Benefícios	
Vale Alimentação	0,00%
Vale Transporte	0,00%
Total	67,17%



Quadro 14 – Infraestrutura 1º semestre

INFRAESTRUTURA - 1º SEMESTRE				
Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Aparelho de GPS	unid.	2	2199,00	4.398,00
Aparelhos telefônicos	unid.	8	90,00	720,00
Aquisição de Veículo Microônibus Adaptado (Unidade Móvel)	unid.	1	400.000,00	400.000,00
Ar condicionado (compra e serviços de instalação)	unid.	15	3134,00	47.010,00
Armário de escritório	unid.	10	720,00	7.200,00
Bebedouro	unid.	2	450,00	900,00
Cadeiras de escritório	unid.	60	350,00	21.000,00
Cadeiras de reunião	unid.	100	88,00	8.800,00
Central PABX	unid.	1	1710,00	1.710,00
Computadores - Desktop	unid.	11	2900,00	31.900,00
Dispositivos de Conexão à Internet (roteadores, moden satelital, etc)	unid.	11	605,00	6.655,00
Dispositivos de Informática	unid.	53	300,00	15.900,00
Equipamento de Suporte Fotográfico/Audiovisual	unid.	10	1341,00	13.410,00
Equipamento de Suporte para Análise Ambiental e Ciências Agrárias	unid.	150	223,43	33.514,50
Equipamentos de Operação (gazebo, caixa térmica, etc)	unid.	15	745,00	11.175,00
Equipamentos de Videoconferência	unid.	2	23000,00	46.000,00
Equipamentos e Periféricos de Energia	unid.	10	924,00	9.240,00
Geladeira	unid.	2	1500,00	3.000,00
Impressora toner/xerografia	unid.	2	3780,00	7.560,00
Interfone	unid.	1	144,00	144,00
Máquina fotográfica	unid.	1	11000,00	11.000,00
Mesa de reunião	unid.	1	6000,00	6.000,00
Mesas de escritório	unid.	11	500,00	5.500,00
Microondas	unid.	3	400,00	1.200,00
Monitores	unid.	3	1000,00	3.000,00
Notebooks	unid.	10	3200,00	32.000,00
Projeto externo e interno/tela fixa e com tripé/ passador de slide	unid.	2	8000,00	16.000,00
Rádio Comunicador	unid.	12	264,00	3.168,00
Scanner Portátil	unid.	2	860,00	1.720,00
Servidor e rack	Unid.	1	20411,00	20.411,00
Sonorização (caixa amplificada/microfone)	unid.	8	1129,50	9.036,00
Tablet	unid.	2	1603,00	3.206,00
Telefone celular	unid.	53	900,05	47.702,65
Telefone de Satélite	unid.	2	3363,00	6.726,00
Utensílios básicos de cozinha	unid.	1	4357,00	4.357,00
Ventiladores	unid.	12	280,00	3.360,00
Custo Total				844.623,15



Quadro 15 – Custeio 1º semestre

CUSTEIO - 1º SEMESTRE				
Despesas Operacionais	Quant.	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Aluguel de equipamentos (notebook, impressoras e etc)	60	3	230,00	41.400,00
Aluguel sede Belo Horizonte	1	5	4900,00	24.500,00
Aluguel sede Cachoeira do Choro	1	4	3000,00	12.000,00
Conservação de veículo (limpeza + manutenção)	1	3	3084,00	9.252,00
Correio e Cartório	2	4	200,00	1.600,00
Disp. transporte- Combustível, Pedágio, Estacionamento	1	3	22400,00	67.200,00
Despesas com Água	2	5	150,00	1.500,00
Despesas com alimentação	1	4	2250,00	9.000,00
Despesas com hora extra - Profissionais	30	6	60,00	10.800,00
Despesas com hospedagem	1	4	1575,00	6.300,00
Despesas Luz	2	5	400,00	4.000,00
EPI	60	1	483,00	28.980,00
Internet móvel - modem	11	4	120,00	5.280,00
Internet Rural - sede Cachoeira do Choro	2	4	300,00	2.400,00
IPTU Belo Horizonte	1	5	388,21	1.941,05
IPVA e Licenciamento	1	1	16000,00	16.000,00
Locação Esporádica de Veículos	1	6	4256,25	25.537,50
Logística de apoio à assistente das partes	4	4	990,00	15.840,00
Manutenção predial e patrimonial, instalações elétricas e etc.	2	5	4050,00	40.500,00
Material de escritório	1	4	1000,00	4.000,00
Material de limpeza e copa	2	4	100,00	800,00
Plataformas Digitais Controle de Ponto Funcionários	1	6	700,00	4.200,00
Plataformas Digitais EAD	1	3	2500,00	7.500,00
Plataformas Digitais Reembolso Financeiro	1	6	199,00	1.194,00
Seguro Fiança Sede Belo Horizonte	1	5	717,93	3.589,65
Seguro Incêndio	2	5	391,00	3.910,00
Seguro Sedes	2	1	2500,00	5.000,00
Seguro Veículos	1	1	10000,00	10.000,00
Serviços de entrega	1	6	160,00	960,00
Taxas, tributos e despesas financeiras	1	6	250,00	1.500,00
Telefonia e internet fixa - sede Belo Horizonte	1	4	300,00	1.200,00
Telefonia e internet móvel - celulares home office	53	4	60,00	12.720,00
Transporte urbano, hidroviário, rodoviário e corporativo	1	4	250,00	1.000,00
Licenças				-
Licenças de softwares	53	1	600,00	31.800,00
Serviços				-
Serviços Autônomos Especializados - Construção de Indicadores	1	10	11.315,84	113.158,40
Serviços de planejamento e implantação de videoconferência para participação social	1	1	20.000,00	20.000,00
Serviços de Assessoria Contábil	1	6	9.006,16	54.036,96
Serviços de Assessoria Jurídica	1	6	2.500,00	15.000,00
Serviços de Assessoria Administrativa	2	3	6.000,00	36.000,00
Serviços de sistema de informações, manutenção e segurança em TI.	1	1	25.000,00	25.000,00
Serviços de Treinamento - Recursos Humanos	1	4	3.750,00	15.000,00
Serviço de Suporte de Rede	1	1	33.000,00	33.000,00
Serviços de suporte ao trabalho remoto	53	6	80,00	25.440,00
Serviço de Segurança (sistemas de câmera, alarme, etc)	2	4	860,00	6.880,00
Serviços de Terceirização de Frota (Veículo tração 4x4 com caçamba)	1	3	4.900,00	14.700,00
Serviços de Terceirização de Frota (Veículo Tipo Perua, 7 lugares, Off road)	3	3	3.350,00	30.150,00
Custo Total				801.769,56



Quadro 16 - Comunicação

COMUNICAÇÃO - 1º SEMESTRE				
DESCRIÇÃO	Quant.	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Campanha de vídeos explicativos (animações)	1	1	72.000,00	72.000,00
Contratação de plataformas de gestão de redes sociais	1	1	154,80	154,80
Desenvolvimento de Programa de Identidade Visual	1	1	5.000,00	5.000,00
Desenvolvimento website	1	1	7.500,00	7.500,00
Miro ou Mural (anual)	1	1	576,00	576,00
Otimização de SEO	1	1	1.250,00	1.250,00
Pacote de 30 ilustrações contextualizadas para uso em materiais impressos e digitais	1	1	1.500,00	1.500,00
Serviços especializada em comunicação por áudio/rádio	1	1	7.500,00	7.500,00
Serviços gráficos - impressos	1	6	800,00	4.800,00
Servidor para site e emails institucionais / assinatura anual	1	1	275,00	275,00
Sinalização das sedes e veículos	1	1	10.000,00	10.000,00
Software para monitoramento de jornais, rádios, tvs	1	1	9.000,00	9.000,00
Spot para rádio	1	3	300,00	900,00
Custo Total				120.455,80

Quadro 17 – Consultorias 1º Semestre

CONSULTORIAS - 1º SEMESTRE						
Item	Descrição dos produtos	Execução	Área	Duração/Meses	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Análises ambientais e serviços especializados	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	3	167.000,00	501.000,00
2	Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perdas das Pessoas Atingidas (DFIPA)	Consultoria Especializada	Ciências Sociais	5	187.500	937.500,00
3	Estudo Comparado e Formação em Direitos Subjetivos para Reparação de Danos em Grandes Desastres	Consultoria Especializada	Direito	2	32.050	64.099,86
Valor Total						1.502.599,86

Acordou-se entre as ATIs e as IJs que o valor será reajustado caso aconteça aumento de 15% do público a ser trabalhado e/ou no caso situações inesperadas e excepcionais.

A seguir, o detalhamento do orçamento para os últimos 17 meses de trabalho do Instituto Guaicuy para a Área 4.



Quadro 18 - Orçamento Global

QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO					
Outubro/2020 à Fevereiro/2022					
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Percentual %
1 - ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS				1.086.092,80	
1.1. Assembléias	Und.	16	21.620,00	345.920,00	0,81%
1.2. Reuniões dos Grupos Temáticas	Und.	16	9.708,00	155.328,00	0,36%
1.3. Reuniões Núcleos Comunitários	Und.	432	1.032,00	445.824,00	1,04%
1.4. Intercâmbio de Atingidos	Und.	4	19.532,00	78.128,00	0,18%
1.5. Reuniões do Conselho Gestor	Und.	8	7.611,60	60.892,80	0,14%
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS				18.091.713,40	
Contratação de Consultorias Especializadas para implantação dos projetos	Und.	20	904.585,67	18.091.713,40	42,13%
3 - RECURSOS HUMANOS				16.881.558,79	
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Mês	17	993.032,87	16.881.558,79	39,31%
4 - CUSTEIO e INFRAESTRUTURA				4.009.755,85	
4.1 - Custo Operacional	Mês	17	211.807,64	3.600.729,85	8,39%
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	Und.	1	409.026,00	409.026,00	0,95%
5 - COMUNICAÇÃO				440.843,15	
Produção de material gráfico e audiovisual	Unid.	17	25.931,95	440.843,15	1,03%
6 - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO				2.430.597,84	
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	%	6	405.099,64	2.430.597,84	5,66%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA O PROJETO - Outubro/2020 à Fevereiro/2022				42.940.561,83	100,00%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA O PROJETO - 1º Semestre				5.259.715,11	
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				48.200.276,94	



Quadro 19 – Metodologias Participativas

Metodologias Participativas - Mobilização Social				
Composição de Custos Unitários - Mês 7 ao Mês 23				
1. Assembléias				
Quantidade	16			
Número de Participantes	300			
Tempo	8 horas			
Descrição	Medida	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Água	Litro	600	0,70	420,00
Alimentação	Unidade	300	35,00	10.500,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	1.500,00	1.500,00
Deslocamento	Serviço	1	2.000,00	2.000,00
Instrutor/Facilitador	Horas	32	75,00	2.400,00
Material Suporte	Unidade	300	8,00	2.400,00
Produção Executiva	Horas	32	75,00	2.400,00
Custo Unitário Total				21.620,00
Custo Total de Assembléias:				345.920,00
2. Reuniões dos Grupos Temáticos				
Quantidade	16			
Número de Participantes	40			
Tempo	8 horas			
Descrição	Medida	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Água	Litro	40	0,70	28,00
Alimentação	Unidade	20	35,00	700,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	100,00	100,00
Deslocamento	Serviço	1	200,00	200,00
Instrutor/Facilitador	Horas	32	75,00	2.400,00
Material Pedagógico	Unidade	1	5.000,00	5.000,00
Material Suporte	Unidade	20	4,00	80,00
Produção Executiva	Horas	16	75,00	1.200,00
Custo Unitário Total				9.708,00
Custo Total dos Reuniões dos Grupos Temáticos:				155.328,00
3. Reuniões Núcleos Comunitários				
Quantidade	432			
Número de Participantes	30			
Tempo	4 horas			
Descrição	Medida	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Água	Litro	60	0,70	42,00
Alimentação	Unidade	30	6,00	180,00
Instrutor/Facilitador	Horas	10	75,00	750,00
Material Suporte	Unidade	30	2,00	60,00
Custo Unitário Total				1.032,00
Custo Total das Reuniões dos Núcleos:				445.824,00



4. Intercâmbio de Atingidos				
Quantidade	4			
Número de Participantes	40			
Tempo	16 horas / 2 dias			
Descrição	Medida	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Água	Litro	160	0,70	112,00
Alimentação	Unidade	80	50,00	4.000,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	3.000,00	3.000,00
Deslocamento	Serviço	1	2.500,00	2.500,00
Instrutor/Facilitador	Horas	64	75,00	4.800,00
Material Suporte	Unidade	40	8,00	320,00
Produção Executiva	Horas	64	75,00	4.800,00
Custo Unitário Total				19.532,00
Custo Total de Assembléias:				78.128,00
Monitoramento e Avaliação (Governança)				
1. Reuniões do Conselho Gestor				
Quantidade	8			
Número de Participantes	54			
Tempo	8 horas			
Descrição	Medida	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Água	Litro	108	0,70	75,60
Alimentação	Unidade	54	35,00	1.890,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	270,00	270,00
Deslocamento	Serviço	1	360,00	360,00
Instrutor/Facilitador	Horas	32	75,00	2.400,00
Material Suporte	Unidade	54	4,00	216,00
Produção Executiva	Horas	32	75,00	2.400,00
Custo Unitário Total				7.611,60
Custo Total de Reuniões dos Grupos Gestores:				60.892,80

Valor Total Metodologias	1.086.092,80
---------------------------------	---------------------



Quadro 20 – Recursos Humanos

Equipe - Recursos Humanos - Mês 7 ao 23						
67,17%						
Descrição	unid.	Salário Base R\$	Encargos sociais - 67,17% em R\$	Benefícios - VT, Seg. Vida, Pl.Saúde, VR, VA e Transporte em R\$	Total Mensal em R\$	Total 17 Meses R\$
Analista Junior	15	4.000,00	2.686,80	875,00	113.427,00	1.928.259,00
Analista Pleno	50	4.660,00	3.130,12	835,40	431.276,10	7.331.693,70
Analista Sênior	20	6.000,00	4.030,20	815,00	216.904,00	3.687.368,00
Auxiliar Administrativo	3	1.900,00	1.276,23	951,00	12.381,69	210.488,73
Auxiliar Serviços Gerais	2	1.600,00	1.074,72	1.001,00	7.351,44	124.974,48
Coordenador de Campo	1	9.000,00	6.045,30	815,00	15.860,30	269.625,10
Coordenador Geral	1	11.000,00	7.388,70	815,00	19.203,70	326.462,90
Coordenador Temático	6	9.000,00	6.045,30	815,00	95.161,80	1.617.750,60
Estagiários (Graduação)	8	1.100,00		205,00	10.440,00	177.480,00
Gerente Regional	1	5.000,00	3.358,50	815,00	9.173,50	155.949,50
Motorista	8	2.825,00	1.897,55	945,50	45.344,42	770.855,14
Produtor de Infraestrutura	4	1.900,00	1.276,23	951,00	16.508,92	280.651,64
Total	119				993.032,87	16.881.558,79

Encargos Folha	
13º Salario	8,33%
Despesas Extras (atestados;	1,00%
Férias+ 1/3	11,11%
FGTS	8,00%
FGTS Rescisório	4,00%
INSS 13º + Férias	7,93%
INSS Patronal	20,00%
INSS Terceiros	5,80%
Pis s/ Folha	1,00%
Benefícios	
Vale Alimentação	0,00%
Vale Transporte	0,00%
Total	67,17%



Quadro 21 – Infraestrutura

INFRAESTRUTURA - Mês 7 ao 23				
Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Equipamento de Suporte Fotográfico/Audiovisual	unid.	67	1341,00	89.847,00
Equipamento de Suporte para Análise Ambiental e Ciências Agrárias	unid.	300	223,43	67.029,00
Equipamentos de Informática	unid.	60	2300,00	138.000,00
Equipamentos de Operação (gazebo, caixa térmica, etc)	unid.	54	745,00	40.230,00
Equipamentos e Periféricos de Energia	unid.	80	924,00	73.920,00
Custo Total				409.026,00



Quadro 22 – Custeio

CUSTEIO - Mês 7 ao Mês 23				
Despesas Operacionais	Quant.	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Aluguel de equipamentos (notebook, impressoras e etc)	110	17	230,00	430.100,00
Aluguel sede Belo Horizonte	1	17	4900,00	83.300,00
Aluguel sede Cachoeira do Choro	1	17	3000,00	51.000,00
Conservação de veículo (limpeza + manutenção)	1	17	3084,00	52.428,00
Correio e Cartório	2	17	200,00	6.800,00
Disp. transporte- Combustível, Pedágio, Estacionamento	1	17	36193,50	615.289,50
Despesas com Água	2	17	620,00	21.080,00
Despesas com alimentação	1	17	16200,00	275.400,00
Despesas com horas extras - Profissionais	30	17	60,00	30.600,00
Despesas com hospedagem	1	17	18900,00	321.300,00
Despesas Luz	2	17	2500,00	85.000,00
EPI	60	2	483,00	57.960,00
Internet móvel - moldem	11	17	120,00	22.440,00
Internet Rural - sede Cachoeira do Choro	2	17	300,00	10.200,00
IPTU Belo Horizonte	1	17	388,21	6.599,57
IPVA e Licenciamento	1	2	16000,00	32.000,00
Locação Esporádica de Veículos	1	17	4256,25	72.356,25
Logística de apoio à assistente das partes	4	17	990,00	67.320,00
Manutenção predial e patrimonial, instalações elétricas e etc.	2	17	700,00	23.800,00
Material de escritório	1	17	1000,00	17.000,00
Material de limpeza e copa	2	17	250,00	8.500,00
Plataformas Digitais Controle de Ponto Funcionários	1	17	700,00	11.900,00
Plataformas Digitais EAD	1	6	2500,00	15.000,00
Plataformas Digitais Reembolso Financeiro	1	17	199,00	3.383,00
Seguro Fiança Sede Belo Horizonte	1	17	717,93	12.204,81
Seguro Incêncio	2	17	391,00	13.294,00
Seguro Sedes	2	17	2500,00	85.000,00
Seguro Veículos	1	2	10000,00	20.000,00
Serviços de entrega	1	17	250,00	4.250,00
Taxas, tributos e despesas financeiras	1	17	250,00	4.250,00
Telefonia e internet fixa - sede Belo Horizonte	1	17	1500,00	25.500,00
Telefonia e internet móvel - celulares home office	55	17	60,00	56.100,00
Transporte urbano, hidroviário, rodoviário e corporativo	1	17	490,00	8.330,00
Serviços				-
Serviço de Segurança (sistemas de câmera, alarme, etc)	2	17	860,00	29.240,00
Serviços de Assessoria Administrativa	1	17	3.000,00	51.000,00
Serviços de Assessoria Contábil	1	17	9.006,16	153.104,72
Serviços de Assessoria Jurídica	1	17	2.500,00	42.500,00
Serviços de sistema de informações, manutenção e segurança em TI.	1	17	6.000,00	102.000,00
Serviços de suporte ao trabalho remoto	55	17	80,00	74.800,00
Serviços de Terceirização de Frota (Veículo Tipo Perua, 7 lugares, Off road)	5	17	3.350,00	284.750,00
Serviços de Terceirização de Frota (Veículo tração 4x4 com caçamba)	3	17	4.900,00	249.900,00
Serviços de Treinamento - Recursos Humanos	1	17	3.750,00	63.750,00
Custo Total				3.600.729,85



Quadro 23 – Comunicação

COMUNICAÇÃO - Mês 7 ao Mês 23				
DESCRIÇÃO	Quant.	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Banners	2	17	40,00	1.360,00
Cartão de Visita	1000	3	0,17	510,00
Cartaz	60	17	2,50	2.550,00
Cartilhas	500	17	15,00	127.500,00
Despesas com mídias sociais	1	17	200	3.400,00
Jornal Mural	6	17	10,00	1.020,00
Locação de carro de som	1	17	200,00	3.400,00
Manutenção website	1	17	95,00	1.615,00
Produção audiovisual	1	17	2.500,00	42.500,00
Revista	1667	17	0,85	24.088,15
Spot para rádio	1	17	300,00	5.100,00
Serviços				-
Serviço de ilustração	1	17	1000	17.000,00
Serviços de webdesigner	1	17	5000	85.000,00
Serviços gráficos (impressão)	1	17	7400	125.800,00
Custo Total				440.843,15



Quadro 24 – Consultoria

PRODUTOS - Mês 7 ao Mês 23						
Item	Descrição dos produtos	Execução	Área	Duração/Meses	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Análise da Qualidade de Produtos de Origem Animal	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	12	20.000,00	240.000,00
2	Análise de Água para Avaliação Ambiental (CONAMA 357)	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	12	150.000,00	1.800.000,00
3	Análise de água para usos humanos	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	12	45.500,00	546.000,00
4	Análise de Sedimentos	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	12	19.200,00	230.400,00
5	Análise de Solo	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	12	16.666,67	200.000,00
6	Análise laboratorial de amostras animais suspeitos de contaminação	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	12	12.500,00	150.000,00
7	Biomonitoramento e análise de ictiofauna	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	12	119.166,70	1.430.000,40
8	DFIPA II	Consultoria Especializada	Pesquisa/Ciências Sociais	6	100.000,00	600.000,00
9	Diagnóstico clínico e veterinário (casos sintomáticos e de alto risco)	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	12	25.000,00	300.000,00
10	Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas (Análise Clínica e	Consultoria Especializada	Saúde e Assistência Social	12	50.666,67	608.000,00
11	Diagnóstico de Comportamento do Mercado Imobiliário (anterior e futuro)	Consultoria Especializada	Jurídica	12	25.080,58	300.967,00
12	Diagnóstico Fundiário das Comunidades	Consultoria Especializada	Jurídica	6	128.333,33	770.000,00
13	Direito e Garantias Constitucionais dos Atingidos	Consultoria Especializada	Jurídica	6	86.125,00	516.750,00
14	Emissão de pareceres e relatórios específicos de Análise Ambiental.	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	12	181.333,33	2.176.000,00
15	Estudo Comparado de Direitos Subjetivos para Reparação de Danos em Grandes Desastres	Consultoria Especializada	Jurídica	12	281.666,67	3.380.000,00
16	Estudos Econômicos	Consultoria Especializada	Estudos Econômicos	12	14.000,00	168.000,00
17	Estudos Epidemiológicos e Análise dos Indicadores Oficiais	Consultoria Especializada	Saúde e Assistência Social	12	56.666,67	680.000,00
18	Georeferenciamento da Totalidade dos Imóveis Rurais	Consultoria Especializada	Jurídica	12	150.000,00	1.800.000,00
19	Monitoramento e Avaliação	Consultoria Especializada	Gestão/Participação Social	12	50.833,33	610.000,00
20	Valoração de perda de produção animal e agricultura	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	12	132.133,00	1.585.596,00
Valor total						18.091.713,40



16 CRONOGRAMA

Para a execução e acompanhamento do Plano de trabalho, as entregas de relatórios parciais serão trimestrais e de relatórios finais semestrais. Haverá auditoria contábil financeira e auditoria finalística da qual dependerá o desembolso semestral.

A seguir é possível visualizar o cronograma com detalhe das entregas dos relatórios produzidos.



Quadro 25 – Cronograma

Apresentação no Plano de Trabalho	Atividades e Ações Propostas	Produto Gerado	Ano 1												Ano 2											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
			Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	
Pagamento Emergencial	Mapeamento das pessoas atingidas que não receberam o Pagamento Emergencial	Relatório de Pessoas Atingidas que não receberam o Pagamento Emergencial																								
	Definição de novos critérios para o pagamento emergencial com uso de metodologias participativas	Relatório de Construção Participativa de Novos Critérios para o pagamento emergencial																								
A Mobilização Social para a Construção da autonomia	Acolhimento em Saúde e Assistência Social	Acolhimento e escuta ampliada																								
		Análise Clínica e toxicológica																								
	Atividades e ações de mobilização e de comunicação social	Formação e atuação de Núcleos	Formação e atuação dos Núcleos Comunitários (virtual ou presencial)																							
			Formação e atuação da Assembleia de atingidos (virtual ou presencial)																							
			Formação e atuação dos grupos temáticos (virtual ou presencial)																							
		A comunicação popular e os diálogos comunitários	Mapeamento das dinâmicas e das redes de comunicação	Relatório de Ações e Atividades de Comunicação Popular																						
	Organização e estruturação da comunicação popular																									
	Produção da comunicação popular e elaboração de materiais																									
	Ampliação da visibilidade, gestão de demandas e o direito de acesso à informação																									
	Diagnóstico Familiar e individual Sobre Perdas dos Atingidos I e II	DFIPA I e II																								



Apresentação no Plano de Trabalho	Atividades e Ações Propostas		Produto Gerado	Ano 1												Ano 2											
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	
				Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial						Diálogos de danos e a construção da matriz de danos e de reparação						Consolidação da matriz de danos											
A Mobilização Social para a Construção da autonomia	Participação informada	Agropecuária, Agricultura Familiar e Setor Agrário	Diagnóstico dos impactos e perdas dos Produtores																								
			Consultoria: Valoração de perda de produção animal e agricultura																								
			Relatório de Saúde dos Animais																								
		Auxílio na saúde e bem estar dos animais	Consultoria: Diagnóstico clínico e veterinário (casos sintomáticos, alto risco)																								
			Consultoria: Análise laboratorial de animais suspeitos de contaminação																								
			Consultoria: Análise da qualidade de produtos de origem animal																								
		Realização de análises técnico/laboratorial dos produtos de origem animal e vegetal	Consultoria: Análise de água para avaliação ambiental (CONAMA 357)																								
		Informações ambientais	Impactos no sistema hídrico e nos cursos d'água	Consultoria: Análise de água para avaliação ambiental (CONAMA 357)																							
			Qualidade das águas para uso humano	Consultoria: Análise de sedimentos																							
	Biomonitoramento		Consultoria: Análise de água para potabilidade																								
	Valoração Ambiental		Consultoria: Análise de biomonitoramento e toxicológica em ictiofauna																								
	Territorial e uso da terra		Relatório: metodologia de valoração ambiental																								
	Análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas		Consultoria: Análise de uso da terra																								
	Consultorias ambientais específicas		Consultoria: Análise de solo																								
	Impactos nas economias e nos sistemas produtivos	Análises, emissão de pareceres e relatórios específicos ao longo do projeto																									
Sistematização de dados secundários	Dimensioanamento de danos nas economias e sistemas produtivos																										
	Relatório de Sistematização de Dados Secundários																										





Apresentação no Plano de Trabalho	Atividades e Ações Propostas		Produto Gerado	Ano 1												Ano 2										
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Governança	Articulação Institucional	Prefeituras, poderes públicos, Instituições de ensino, etc	Relatório de Atividades																							
		Vale S.A	Relatório de Atividades																							
		Comitê Técnico - UFMG	Relatório de Atividades																							
	Controle social e transparência	Conselho gestor	Relatório de Controle Social e Transparência																							
		Instrumento de Monitoramento e Avaliação	Relatório de Monitoramento e Avaliação																							
Direito e a construção da reparação e da compensação	Construção da Matriz de Danos	Consultoria: Estudo Comparado e Formação em Direitos Subjetivos para Reparação de Danos em Grandes	Diagnóstico de Danos Individuais																							
		Consultoria: Diagnóstico Comportamento Mercado Imobiliário																								
		Consultoria: Direito e Garantias Constitucionais dos Atingidos																								
		Consultoria: Diagnóstico Fundiário das Comunidades	Diagnóstico de Danos Coletivos e Difusos																							
		Consultoria: Georeferenciamento de Imóveis Rurais	Diagnóstico Fundiário das Comunidades																							
		Acolhimento e Ouvidoria jurídica																								
Estruturação; Contratação de Profissionais; Chamamentos Públicos																										
RP	Relatório Parcial																									
RF	Relatório para prestação de contas																									



17 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Quadro 26 – Planejamento orçamentário mensal

Descrição	Valor Total	Previsão	Planejamento Orçamentário Mensal - 1º Semestre					
			Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Metodologias Participativas	1.116.944,80	30.852,00	5.142,00	5.142,00	5.142,00	5.142,00	5.142,00	5.142,00
Consultorias	19.594.313,26	1.502.599,86	0,00	0,00	375.649,97	375.649,97	375.649,97	375.649,97
Recursos Humanos	18.543.253,81	1.661.695,02	4.627,30	134.865,22	267.465,47	276.806,27	488.965,37	488.965,37
Custeio Operacional	4.402.499,41	801.769,56	180.620,69	124.229,77	124.229,77	124.229,77	124.229,77	124.229,77
Infraestrutura	1.253.649,15	844.623,15	0,00	168.924,63	168.924,63	168.924,63	168.924,63	168.924,63
Comunicação	561.298,95	120.455,80	0,00	24.091,16	24.091,16	24.091,16	24.091,16	24.091,16
Coordenação e acompanhamento	2.728.317,56	297.719,72	49.619,95	49.619,95	49.619,95	49.619,95	49.619,95	49.619,95
Total	48.200.276,94	5.259.715,11	240.009,94	506.872,74	1.015.122,95	1.024.463,75	1.236.622,85	1.236.622,85

Descrição	Valor Parcial	Previsão	Planejamento Orçamentário Mensal - 2º Semestre					
			Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Metodologias Participativas	1.086.092,80	362.030,93	60.338,49	60.338,49	60.338,49	60.338,49	60.338,49	60.338,49
Consultorias	18.091.713,40	9.045.856,70	1.507.642,78	1.507.642,78	1.507.642,78	1.507.642,78	1.507.642,78	1.507.642,78
Recursos Humanos	16.881.558,79	5.627.186,26	937.864,38	937.864,38	937.864,38	937.864,38	937.864,38	937.864,38
Custeio Operacional	3.600.729,85	1.200.243,28	200.040,55	200.040,55	200.040,55	200.040,55	200.040,55	200.040,55
Infraestrutura	409.026,00	409.026,00	204.513,00	204.513,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação	440.843,15	146.947,72	24.491,29	24.491,29	24.491,29	24.491,29	24.491,29	24.491,29
Coordenação e acompanhamento	2.430.597,84	810.199,28	135.033,21	135.033,21	135.033,21	135.033,21	135.033,21	135.033,21
Total	42.940.561,83	17.601.490,18	3.069.923,70	3.069.923,70	2.865.410,70	2.865.410,70	2.865.410,70	2.865.410,70





Planejamento Orçamentário Mensal - 3º Semestre								
Descrição	Valor Parcial	Previsão	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
Metodologias Participativas	724.061,87	362.030,93	60.338,49	60.338,49	60.338,49	60.338,49	60.338,49	60.338,49
Consultorias	9.045.856,70	9.045.856,70	4.522.928,35	4.522.928,35	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Humanos	11.254.372,53	5.627.186,26	937.864,38	937.864,38	937.864,38	937.864,38	937.864,38	937.864,38
Custeio Operacional	2.400.486,57	1.200.243,28	200.040,55	200.040,55	200.040,55	200.040,55	200.040,55	200.040,55
Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação	293.895,43	146.947,72	24.491,29	24.491,29	24.491,29	24.491,29	24.491,29	24.491,29
Coordenação e acompanhamento	1.620.398,56	810.199,28	135.033,21	135.033,21	135.033,21	135.033,21	135.033,21	135.033,21
Total	25.339.071,65	17.192.464,18	5.880.696,26	5.880.696,26	1.357.767,91	1.357.767,91	1.357.767,91	1.357.767,91

Planejamento Orçamentário Mensal - 4º Semestre								
Descrição	Valor Parcial	Previsão	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
Metodologias Participativas	362.030,93	362.030,93	72.406,19	72.406,19	72.406,19	72.406,19	72.406,19	0,00
Consultorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Humanos	5.627.186,26	5.627.186,26	1.125.437,25	1.125.437,25	1.125.437,25	1.125.437,25	1.125.437,25	0,00
Custeio Operacional	1.200.243,28	1.200.243,28	240.048,66	240.048,66	240.048,66	240.048,66	240.048,66	0,00
Infraestrutura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação	146.947,72	146.947,72	29.389,54	29.389,54	29.389,54	29.389,54	29.389,54	0,00
Coordenação e acompanhamento	810.199,28	810.199,28	162.039,86	162.039,86	162.039,86	162.039,86	162.039,86	0,00
Total	8.146.607,48	8.146.607,48	1.629.321,50	1.629.321,50	1.629.321,50	1.629.321,50	1.629.321,50	0,00

Cronograma de Desembolso Semestral	
Semestre 1	5.259.715,11
Semestre 2	17.601.490,18
Semestre 3	17.192.464,18
Semestre 4	8.146.607,48
TOTAL:	48.200.276,94



17.1 Dados bancários Instituto Guaicuy

Dados de conta bancária e titularidade do Instituto Guaicuy

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Titularidade: Instituto Guaicuy

Banco do Brasil S.A.

Agência 3609-9

Conta corrente: 36135-6.

17.2 Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico

O acompanhamento metodológico/finalístico das atividades previstas neste plano de trabalho será de realizado pelas Instituições de Justiça, por meio do auxílio de entidade sem fins lucrativos a ser designada especificamente para este fim (Entidade Coordenadora). A designação da Entidade Coordenadora ocorrerá após homologação judicial de Termo de Compromisso específico entre as Assessorias Técnicas Independentes e as Instituições de Justiça, no qual estão detalhadas as respectivas atribuições.

O Instituto Guaicuy participará de reuniões periódicas entre as demais Assessorias Técnicas, a Entidade Coordenadora e as Instituições de Justiça, tendo em vista a necessidade de alinhamento e coerência metodológicos na promoção da eficiência e na produção de dados e resultados entre todas as entidades de ATI atuantes na Bacia do Rio Paraopeba.

Os custos relativos à execução das atividades de acompanhamento metodológico estão previstos no orçamento de cada um dos Planos de Trabalho das 05 (cinco) regiões, em parcelas semestrais, e especificados em rubrica percentual incidente sobre o valor base de cada Plano de Trabalho, denominada “Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico”. Caberá ao Instituto Guaicuy transferir integralmente os valores recebidos nesta rubrica para conta bancária específica da Entidade Coordenadora, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados: (I) da designação da Entidade Coordenadora pelas Instituições de Justiça, após o recebimento da parcela inicial; (II) do recebimento das parcelas semestrais subsequentes.



18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A. gerou um mosaico complexo de danos cujos impactos, na sua maioria, ainda são desconhecidos para as pessoas atingidas, para a academia e para operadores do direito e de difícil diagnóstico e mensuração, até o momento. Os marcos teórico, legal e social, em face dessa realidade complexa e diversa, têm sido insuficientes para conceituar e dimensionar os múltiplos fatores impactantes já identificados e outros que surgirão ao longo dos tempos em territórios e na saúde e qualidade de vida das pessoas atingidas e das gerações futuras.

Dado a insuficiência de respostas no âmbito da reparação integral, com o caminhar institucional do jogo processual, também complexo e moroso é preciso avançar e compensar as famílias para que elas aguardem o desfecho legal da reparação integral, sem abrir mão de seus direitos humanos e sociais e protegidos contra as violências. O direito ao Pagamento Emergencial de forma universal, sem condicionantes é caminho para reduzir conflitos interfamiliares e institucionais, com agentes gerenciadores do desastre, reduzir o sofrimento psicossocial, minimizar insegurança alimentar e nutricional, prevenir a inserção precoce no trabalho infantil, prevenir violências doméstica e sexual, promover a equidade de gênero, o sentimento de segurança e de justiça social.

A garantia da participação e organização política para o controle social, o empoderamento das pessoas atingidas só poderá ser alcançado se houver ações compensatórias para responder à vulnerabilidade socioeconômica, daqueles que perderam trabalho, renda e meios de sobrevivência, pois as pessoas atingidas sonham em ter segurança enquanto aguardam a longa espera pela reparação integral.

Os cursos d'água possuem um papel fundamental na vida das pessoas e são importantes para diferentes formas de estar e de se perceber os territórios, uma vez que são importantes eixos de estruturação da paisagem e estão associados a importâncias simbólicas, materiais e econômicas. É a partir do rio que as comunidades realizam atividades que lhes propiciam fonte de renda e de sobrevivência: a pesca, a criação, a agricultura, o turismo e o comércio. O rio constrói saberes e territorialidades, que são reproduzidos às vezes por gerações, edificando formas culturais e econômicas. O rio é um marco na paisagem que é percebido de forma diferenciada por pessoas e grupos sociais a partir de diferentes aspectos da natureza, da economia, dos saberes tradicionais como do uso de plantas medicinais, a vegetação e ambiente, clima etc. Para a população atingida, o rio é um eixo chave da vida dessas pessoas.

O rompimento da barragem de rejeitos B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IVA da mineradora Vale S.A alterou significativamente todo o modo e a qualidade de vida das populações localizadas às margens do Rio Paraopeba. Isso acabou por gerar perdas em toda a cadeia produtiva das comunidades atingidas provocando um processo de desterritorialização e de fortes impactos para os diferentes modos de vida. O Instituto Guaicuy considera que a reparação integral para as pessoas atingidas é fundamental para retomar a história e o direito das comunidades a um meio ambiente sadio e isso apenas é possível com uma forte participação social, de forma a construir um processo de reparação dialógico, que fomente autonomia e que garanta justiça aos atingidos.

O Instituto Guaicuy, em total apoio à justiça socioambiental para as pessoas atingidas, se compromete em ser um instrumento na construção junto com os atingidos de um processo de reparação que considere a diversidade, as particularidades sociais e individuais de todos os atingidos em sua área de atuação, fomentando crítica, autonomia e diálogo para a construção e ressignificação de territórios saudáveis e mais justos.



19 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, M.S., et al. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade.** Ciência & Saúde Coletiva, 2019
- BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BUFELLI, L. **A importância dos eventos culturais: agregando valores à população.** [S. l.], 4 abr. 2012. Disponível em: <https://espacorp.wordpress.com/2012/04/04/a-importancia-dos-eventos-culturais-agregando-valores-a-populacao/>. Acesso em: 02 out. 2019.
- CAMPOS, R. M. P.; SOBRAL, M. A. **O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce.** In: LOSEKANN, C.; MAYORGA, C (Org). Desastre na Bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais. Rio de Janeiro: Folio Digital
- CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Transparência, participação, responsabilização e reparação: Uma proposta de reforma de governança para remediação do desastre do Rio Doce, 2018**
- CDDPH – CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, **Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07.** Brasília, DF. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/comissao-especial-resolucoes-nos-2606-3106-0107-02-resolucoes.html>. Acesso 30/08/2019.
- CURY, C. R. J. **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica.** Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.
- FIORATI, R.C.; ARCÊNCIO R.A.; SOUZA L.B. **As iniquidades sociais e o acesso à saúde: desafios para a sociedade, desafios para a enfermagem** Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2016;24:e2683. Acesso em: 22 out. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FROTA, M. M. R.; ZIMMERMANN, C. R. **O Brasil e as experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda.** , [S. l.], p. 1-19, [s.d.]. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/mainaramizziOBrasileasexperienciasinternacionaisdeProgramas.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- FUNDAÇÃO RENOVA. **Informações sobre a perspectiva de gênero nos dados de gestão da reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.** Relatório Preliminar Descritivo. 17 out. 2018.
- HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HENRIQUES, M. S. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- HISSA, C. E. V.; MARQUEZ, R. M. **Rotina, ritmos e grafias da pesquisa.** AR: revista de arquitetura, ensino e cultura. Coronel Fabriciano, v. 2, n. 2, p. 14-28, dez. 2005.
- IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil: Pompéu.** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pompeu/panorama>. Acesso em: 09 out. 2019.
- IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil: Curvelo.** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/curvelo/panorama>. Acesso em: 09 out. 2019.



IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (Pnad) Contínua**. 2016.

IGAM, **Qualidade da água no Rio Paraopeba. Boletim Informativo do Cidadão**. Belo Horizonte, agosto de 2019. 2ª ed. Disponível em: http://200.198.57.118:8080/bitstream/123456789/3173/1/BOLETIM_AGOSTO_updated%20%281%29.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

LAVINAS, Lena., **Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete**. Vol. 40, nº 1, pp. 41-67. 1997.

MEIRELES, E. e SILVA A. G. C. da. **Possibilidade de indenização das vítimas brasileiras da Talidomida pelos laboratórios produtores sob a ótica do market share liability (responsabilidade por cota)**. Revista de Direito Privado, vol. 97/2019 | p. 109 - 126 | Jan - Fev / 2019.

MINAS GERAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Ação Civil Pública - Autos nº 5000053-16.2019.8.13.0090**. Registro em: 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA96A6D42B9016A6F864AFB6150>. Acesso em: 30 ago.2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância em saúde no Brasil 2003|2019: da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde aos dias atuais**. Bol Epidemiol. 2019 set; 50(n.esp.):1-154. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>. Acesso em: 30 set. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violências contra mulheres: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2018**. Boletim Epidemiológico Volume 50 – Out 2019.

MURRIETA, R. S. S. et al. **Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo**. Rev. Nutr., Campinas, v. 21, supl. p. 123s-133s, Aug. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2019.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais adentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. 233 f. Tese de Doutorado em Antropologia - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OFICINA DA ESTRATÉGIA. **Oficina da Estratégia: Rodas de Conversa**. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.oficinadaestrategia.com.br/rodas-de-conversa/>. Acesso em: 2 out. 2019.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

PERUZZO, Cicilia M. **Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 24, núm. 1, janeiro-abril, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil

PINTO, L. C. L. et al. **Traditional knowledge and uses of the Caryocar brasiliense Cambess. (Pequi) by “quilombolas” of Minas Gerais, Brazil: subsidies for sustainable management**. Braz. J. Biol., São Carlos, v. 76, n. 2, p. 511-519, June 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-69842016000200511&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 nov. 2019

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.], 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curvelo_mg. Acesso em: 9 set. 2019.



PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.], 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pompeu_mg. Acesso em: 9 set. 2019.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum, v. 4).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, R. H. P. da. **Extração e comércio de minhocaçu em Minas Gerais: complexidades e incertezas socioambientais**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, dissertação de Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, 2016

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. M. O. **A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP)**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20380/10850>. Acesso em: 30 set. 2019.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF Brasil, 1996. Disponível em: <http://cedoc.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: Agosto, 2019.

VAINER, C. B. **Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes**. In: ROTHMAN, F. D.(Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

Wanderlei, L. J. M. **Dicionário Crítico da Mineração**. Atingidos. In: Atingidos Gomide, et al. (Orgs.). 2018.

WSTANE, C. **Gestão de Águas Urbanas: Mobilização Social Em Torno De Rios Invisíveis**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ZIMMERMANN, C. R.; SILVA, M. da C.. **O princípio da desmercantilização nas políticas sociais**. Cad. CRH, Salvador , v. 22, n. 56, p. 345-358, Aug. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Out. 2019.



PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA TÉCNICA
ÀS COMUNIDADES DA ÁREA 5 - MUNICÍPIOS
BANHADOS PELO LAGO DA UHE DE TRÊS MARIAS
(SÃO GONÇALO DO ABAETÉ, FELIXLÂNDIA,
MORADA NOVA DE MINAS, BIQUINHAS,
PAINEIRAS, MARTINHO CAMPOS, ABAETÉ E TRÊS
MARIAS) - ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA
BARRAGEM B-I E SOTERRAMENTO DAS
BARRAGENS B-IV E B-IVA DA MINA DO CÓRREGO
DO FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A

EU JUNTA ZENBA

EU JUNTA
JUNISTA

EU JUNTA PEIXE

EU JUNTA ALESUNIA





**PLANO DE TRABALHO DE ACESSORIA TÉCNICA ÀS
COMUNIDADES DA ÁREA 5 – FELIXLÂNDIA, TRÊS
MARIAS, ABAETÉ, MORADA NOVA DE MINAS,
PAINEIRAS, SÃO GONÇALO DO ABAETÉ E
BIQUINHAS – ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA
BARRAGEM B-I E SOTERRAMENTO DAS
BARRAGENS B-IV E B-IV-A DA MINA CÓRREGO DO
FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A.**

Belo Horizonte
Junho de 2020





Entidade: Instituto Guaicuy

Endereço: Rua Guaicurus, 470 – Centro

Município: Belo Horizonte/MG

CEP: 30111-060

Telefone: (31) 3409-9818

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Presidente: José de Castro Procópio

Coordenadora do Projeto: Carla Wstane

Responsáveis pela Elaboração do Plano de Trabalho:

Alexandre Chumbinho – Jurídico

Ana Clara Costa Amaral – Jurídico

Ângela Maria da Silva Gomes – Sociocultural

Eduardo Mota – Comunicação

Ênio Rodrigues – Comunicação

Geraldo Henrique – Contabilidade

Gustavo Simim - Jurídico

Higor Gomes Pereira – Logística

Izabella Resende – Administrativo e Financeiro

Joyce Jordana – Zootecnia

Laura Nunes Garcia – Comunicação

Marcia Rodrigues Marques - Mobilização Social

Marcus Vinícius Evaristo – Mobilização Social

Maria Núbia Alves Cruz - Assistência Social

Paula Brasil Garcia – Geoprocessamento

Paula Campos - Assessoria Coordenação

Pedro Aguiar - Medicina Veterinária

Ramiro Queiroz - Ciências Sociais Aplicadas

Rodrigo Lemos - Análise Ambiental

Thiago de Azevedo Moraes - Ciências Sociais Aplicadas





*Apertou em mim aquela tristeza, da pior de todas, que é
a sem razão de motivo"...*

"[U]m rio é sempre sem antiguidade."

Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas

